



**A SRA. PRESIDENTE** (Raquel Muniz. PSD - MG) - Declaro aberta a 10ª Reunião Ordinária da Comissão Externa destinada a acompanhar a situação hídrica dos Municípios do Estado de Minas Gerais, conforme ato da Presidência do dia 13 de junho de 2017.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da 9ª Reunião, realizada no dia 12 de dezembro de 2017.

Não havendo discordância, fica dispensada a leitura da ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira retificá-la, coloco em votação a ata.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Na Ordem do Dia de hoje está prevista a realização de audiência pública para discutir a destinação de recursos para a racionalização do uso e melhoria dos recursos hídricos, em atendimento aos Requerimentos nºs 10 e 11, de 2017, de minha autoria.

Convido para compor a Mesa os nossos convidados: Sr. Irani Braga Ramos, Assessor Especial Do Ministério da Integração Nacional; Sra. Thaís de Oliveira Lopes, representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas — IGAM; Sr. Hideraldo Buch, Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas.

Esclareço que o Sr. Anivaldo Miranda, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco — CBHSF, havia confirmado presença em nossa audiência pública, mas, a caminho de Brasília, perdeu a conexão do voo e não poderá comparecer, pois foi realocado apenas para um voo às 17 horas. Informo ainda que o representante do Ministério de Minas e Energia também foi convidado para comparecer à audiência, mas, em virtude de incompatibilidade de agenda, não pôde estar presente.

Quero anunciar a presença da Deputada Jô Moraes, de Minas Gerais, que também é membro desta Comissão.

Antes de passar a palavra aos convidados, peço a atenção em relação aos procedimentos a serem adotados durante esta audiência.

Inicialmente, será concedida a palavra aos convidados por 20 minutos para as suas exposições, prorrogáveis a juízo desta Presidência, não podendo ser aparteados. Após finalizadas todas as exposições, serão abertos os debates.

Os Deputados inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo



para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.

Antes de dar início às exposições, eu queria dizer que nossa audiência pública acontece após a realização do 8º Fórum Mundial da Água, do qual acredito que todos os presentes aqui participaram desse importante encontro. Que possamos apresentar o resultado das exposições e dos debates desta Comissão ao Brasil e ao mundo. Peço a colaboração da Deputada Jô Moraes, para nós, na condição de Parlamentares, apresentarmos proposições relacionadas às conclusões, ao manifesto apresentado também pelos Parlamentares, por juristas, pelas lideranças que participaram do 8º Fórum Mundial, para que o Parlamento possa participar também como protagonista.

Já conversei com o nosso Presidente Rodrigo Maia, com a nossa assessoria da Comissão Externa da crise hídrica dos Municípios do Estado de Minas Gerais, e estou estendendo isso também a todos os Parlamentares da Câmara Federal e do Senado Federal, uma vez que nós ficamos aqui em Brasília alguns dias da semana — muitos ficam a semana inteira, outros moram aqui —, e temos convivido com o problema da escassez de água.

A escassez de água passou a ser um problema não mais do Nordeste brasileiro, do norte de Minas, dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus, mas também da grande metrópole que é São Paulo, onde vivenciamos essa falta de água. E o fórum trouxe contribuições importantes do Brasil e também dos países que estiveram presentes no encontro. Nós precisamos, com certeza, apresentar isso também como proposta parlamentar.

Vejo que o Deputado Adelmo Carneiro Leão acaba de chegar. S.Exa., que está sempre presente nos debates da Comissão da crise hídrica, está recebendo os nossos palestrantes de hoje.

Vamos iniciar as exposições.

Com a palavra o Sr. Hideraldo Buch.

**O SR. HIDERALDO BUCH** - Boa tarde a todas e a todos.

Primeiramente, quero agradecer à Deputada Raquel Muniz e ao Deputado Adelmo Carneiro Leão o convite para estar nesta audiência pública e poder debater assunto extremamente importante: a água. Muitas vezes, a água não está na agenda dos governos, da sociedade civil, do usuário. Mas esse tema é muito mais relevante quando tratamos da



crise hídrica. Mais uma vez, o Fórum Nacional do Comitês de Bacias agradece o convite. Nós estamos à inteira disposição para, a qualquer hora, se houver necessidade, vir aqui debater este tema bastante importante que envolve toda a sociedade brasileira.

Eu estava conversando com a Thaís, que é do órgão gestor do nosso Estado — sou de Minas Gerais —, o IGAM, sobre o que eu ia falar aqui hoje, se eu ia falar do Estado brasileiro ou do Estado de Minas Gerais. Como coordenador de 253 Comitês de Bacias, digo que não é fácil falar do nosso Estado, que passou por uma crise hídrica extremamente relevante de 2015 a 2017. Hoje podemos dizer que estamos basicamente um pouco tranquilos.

Mas fiquei pensando o que eu ia falar aqui para os senhores. Como é uma Comissão Externa que discute a crise hídrica de Minas Gerais, então, vou me atentar ao Estado de Minas Gerais. Se depois alguns dos Parlamentares ou dos convidados presentes quiserem saber como está o panorama da crise hídrica brasileira, posso passar as informações. Será um maior prazer. Não há problema algum.

Crise hídrica relacionada a recursos financeiros. Esse é o tema básico da nossa audiência pública. Nós devemos saber que a escassez no nosso Estado é hídrica, mas, muitas vezes, a crise é de gestão. Você tem uma crise hídrica, mas não tem uma gestão compartilhada para combater essa crise hídrica. Na maioria das vezes, o problema é a gestão no âmbito nacional.

A crise dos rios de Minas Gerais, o Velho Chico, o Doce, o Jequitinhonha, o São Francisco — principalmente o São Francisco, conhecido como o nosso rio de integração —, o Velhas, o Araguari, esses rios têm tudo a ver com a nossa história. E aí vamos falar de pessoas bem mais antigas que nós, nossos avós, nossos tataravós, que inclusive podem ter conseguido ou não construir o panorama desses rios de Minas Gerais.

Eu disse aqui no lançamento da Frente Parlamentar de Revitalização dos Rios Brasileiros que o Velho Chico está morrendo, o Doce já morreu. É claro que há inúmeras ações no Estado de Minas Gerais e, como é um rio de domínio da União, há também muitas ações da Agência Nacional de Águas, do Governo de Minas. Vou ser bem sincero, eu não tenho partido, não tenho nada. Estou falando de relatos concretos que tenho recebido durante 3 anos como Coordenador do Fórum Mineiro e, agora, como Coordenador do Fórum Nacional. O Chico está morrendo, o Doce já morreu, e, consequentemente, não têm



forças mais para chegar no mar. O mar já começou a adentrar nesses rios. Mas há uma luz lá fundo. O Governo do Estado e a Agência Nacional de Águas têm conseguido melhoras.

O Doce foi atingido por um crime ambiental. Muitos falam que não, mas para mim aquilo foi um crime ambiental. Hoje, infelizmente, os verdadeiros culpados estão aí impunes, não foram castigados pelas secas. Eu digo isso sempre. Eles estão à mercê. Não foram castigados. Consequentemente, esses rios estão precisando e muito da ajuda dos Comitês das Bacias, do órgão gestor e da Agência Nacional de Águas. Melhorou bastante, mas nós temos ainda muito a fazer para recuperar a dignidade do Rio Doce e do Rio São Francisco.

Minas Gerais viveu uma grande crise hídrica, como eu disse, entre 2015, 2016 e boa parte de 2017. E há algumas comunidades ribeirinhas — comunidades que muitas vezes não estão sob os holofotes da imprensa, sob os nossos holofotes como coordenadores de fóruns estaduais, de comitês, da Agência Nacional de Águas, e vamos dizer, propriamente até da Câmara dos Deputados — que foram atingidas pela escassez hídrica sem que nenhum de nós percebêssemos a gravidade da situação delas. Muitas tiveram que parar sua própria produção por falta de água.

É importante dizer que diferentes bacias hidrográficas estão sendo atingidas, como o Rio São Francisco, o Rio Doce, o Rio Paranaíba, dentre outros, e, nesse contexto, vem várias situações, a perda econômica, a perda ecológica e, principalmente, a perda da biodiversidade.

Quando se tem a biodiversidade completa, dentro do rio, da sua calha, dos seus afluentes e também dos seus efluentes, consequentemente se tem estabilidade na economia e no sistema ecológico — aí entra a fauna, a flora, a ictiofauna, por aí vai.

A escassez hídrica traz outros agravantes, como a concentração de poluentes nas águas, o que piora consequentemente a qualidade dessa água. Piora a qualidade da água para consumo humano, a qualidade da biodiversidade, e, principalmente, a qualidade aquática.

Outro agravante que foi discutido no Fórum Mundial da Água é a privatização da água. Quem percebeu? Nós participamos ativamente Fórum Mundial da Água, que contou inclusive com a presença do Fórum Nacional. E peço aos Srs. Parlamentares, a todos os 513 Deputados, que tomem muito cuidado ao fazerem essa discussão: a água não é pode ser privatizada.



A água é um bem comum; a água é de todos nós; a água não pode ser de empresas; a água não pode ser de ninguém; a água tem que ser de todos, para ser usada racionalmente. Como nós já vimos, em caso de escassez hídrica, se a água for privatizada, aí, sim, sinceramente, como conhecedor dos recursos hídricos brasileiros — e conheço muito —, nós vamos enfrentar um caos danado no País.

Esse tema já está sendo discutido aqui, ao que me parece, em alguma Comissão Temáticas da Casa. Ele foi inclusive discutido no Fórum Mundial da Água, de onde saíram algumas proposições sobre a não privatização. É um tema relevante e que, com certeza absoluta, será ainda muito discutido. Mas nós, dos Comitês de Bacias, pedimos ajuda aos Deputados da Casa no sentido de que discutam com racionalidade essa questão da privatização da água. Não vamos olhar muito o lado dos empresários, da mineração, das indústrias, porque a água é um bem comum, a água é um bem de todos.

Nós tivemos um bom exemplo em Belo Horizonte, Minas Gerais, na ocasião da crise hídrica, que poderia servir de exemplo para outros Estados. A sinergia entre o Governo de Minas e os Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio Parauapebas e do Rio das Velhas permitiram o enfrentamento da escassez hídrica dos rios, não comprometendo o abastecimento público — a Thaís pode falar com mais propriedade sobre o assunto, porque eu já não era o Coordenador do Fórum Mineiro de Comitês, à época. Isso foi no ano passado, se não estou enganado. O trabalho em conjunto entre o Governo de Minas Gerais e os dois Comitês foi de tamanha importância para a sobrevivência do Chico. O projeto dos dois Comitês foi bem relevante, razão pela qual a cidade de Belo Horizonte não sofreu com o abastecimento público de água devido à crise hídrica.

Em reunião da Coordenação do Fórum Nacional com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, eu falei à Raquel que não se discute bacias hidrográficas sem se discutir territórios. A bacia hidrográfica é um território, e o território é uma bacia hidrográfica. Não há como se discutir escassez hídrica, conflito da água, plano de bacia, instrumento de gestão sem se discutir o território da bacia, devido à variedade do território, onde há diversidade de pessoas, de empresas, de mineração, de tudo. O Estado de Minas Gerais principalmente tem enorme diversidade. Há alguns locais que são ricos de recursos hídricos e há outros em que há escassez já por natureza. Eu vou dar o exemplo do norte de Minas, da sua cidade de Montes Claros. O Vale do Jequitinhonha também passa por problemas seríssimos, apesar de haver o Rio Jequitinhonha, há um problema



sério de saneamento na região. Nós devemos discutir o território na sua abrangência para discutir os conflitos dentro das bacias.

As bacias hidrográficas permitem unir ambiente, ações antrópicas, políticas e econômicas. Para que se entenda, os comitês de bacias são o único conselho do mundo que têm os quatro segmentos. Em alguns conselhos há mais governo do que propriamente sociedade civil. Há alguns conselhos que têm só o governo. No comitê de bacias, o usuário discute a captação de água. Ele usa a água como bem para a sua indústria, para a sua empresa. Ele paga esses serviços ao comitê, de acordo com a Lei nº 9.433.

A sociedade civil discute amplamente como se faz uma gestão de recursos hídricos dentro da bacia. O poder público municipal discute a problemática do seu Município, considerando saneamento e recursos hídricos. Há também o poder público estadual, com seu órgão gestor, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, os órgãos do Estado que contrapõem a todos na discussão geral daquela bacia hidrográfica.

Todos nós sabemos que a distribuição de água doce é fruto do ciclo hidrológico dos usos e ocupação do solo, da preservação de áreas de recargas de nascente, da presença da flora e da fauna. Por que eu digo isso? Na situação em que vivemos, basicamente sabemos que a escassez hídrica melhorou bastante. Sabemos que os comitês de bacias têm como prerrogativa discutir a gestão de recursos hídricos dentro da bacia hidrográfica. Essa prerrogativa não é do Governo do Estado, não é do Governo Municipal, não é do usuário da água e também não é da sociedade civil, é de todos que compõem os comitês de bacias hidrográficas.

Eles têm as prerrogativas, discutem e demandam as ações que têm de ser feitas dentro daquela bacia hidrográfica, devido à tamanha importância do Comitê de Bacias Hidrográficas. Quando se discutem recursos hídricos dentro da bacia, considera-se a presença da fauna, da flora, a recarga de água. Eu considero que a recarga é importantíssima, é uma das ações mais importantes dentro da bacia hidrográfica, assim como o uso do solo.

Alerto para complexidade dos recursos hídricos dos comitês de bacia hidrográfica para executar tudo aquilo que eu lhes disse agora.

No Estado de Minas Gerais existem 36 comitês de bacias hidrográficas, que já estão consolidados, apesar das inúmeras dificuldades. Há 11 comitês que realizam a cobrança da água. Eles têm agência própria, sede, funcionários, recursos para executar as ações



das demandas dos projetos da bacia hidrográfica. Há mais 25 comitês de bacias hidrográficas que dependem de recurso do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas. Este recurso é do setor elétrico, como reza a Lei nº 13.194, de 29 de janeiro de 1999. Se eu não me engano, o Estado de São Paulo foi o primeiro a promulgar esta lei; o segundo foi Minas Gerais.

Esse fundo foi criado para manter os comitês de bacias hidrográficas no Estado de Minas Gerais. Boa parte desse recurso foi contingenciado. Não é preciso ficar "balelando" aqui. O Brasil inteiro sabe disso. Diga-se de passagem que não só o Estado de Minas Gerais foi contingenciado. Vários Estados possuem esse fundo com outro nome, como o Fundo Estadual de Recursos Hídricos — FEHIDRO, têm o mesmo objetivo de levar o recurso para os comitês fazerem seus trabalhos, na base de recuperação de nascente ou de projetos e programas ambientais para os rios que compõem aquela bacia. Muitos serão contingenciados, e o recurso da cobrança também.

O recurso da cobrança é pago pelos usuários, como a Companhia de Saneamento de Minas Gerais — COPASA, a Federação de Indústrias do Estado de Minas Gerais — FIEMG, os sindicatos rurais. Eles pagam para usar esses recursos dentro da indústria e da fazenda.

O Estado se apropria desse recurso para repassar para uma agência de bacia, porque comitê — todo mundo sabe disto — não tem personalidade jurídica, não pode receber recurso nenhum, principalmente recurso público. E esse não pode receber mesmo.

Então, os comitês têm que ter uma agência de bacia para receber esse recurso para executar as ações dentro daquela bacia. Esses recursos foram contingenciados, e o Estado de Minas melhorou bastante. Houve várias reuniões com o Elvécio.

Quando eu ainda estava como coordenador do Fórum, todo mundo me conhecia, a nível nacional, devido ao nome Buch. Mas é o Buch bom, não é o ruim não! Se chegar a qualquer lugar e falar Hideraldo, ninguém sabe quem é. Agora, se falar Buch, já chama atenção e associa ao nome do Bush.

Retomando, estivemos com Elvécio, ele foi claro e de postura muito relevante. Ele falou assim: *"Buch, nós estamos com problema financeiro no Estado, crise financeira, mas pode deixar que vamos olhar os comitês"*.

Depois disso, melhorou bastante. Alguns recursos foram enviados para as agências. Os comitês, hoje, têm o recurso de 188 mil, para cada comitê. Esses 25 comitês já estão





com algumas sedes, estão com suas secretárias. Quer dizer, aos poucos, os comitês de Minas vão se instalando e se modernizando.

Por que falamos isso? Porque Minas Gerais foi um exemplo nacional — e sempre foi mesmo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Raquel Muniz. PSD - MG) - Hideraldo, vou conceder mais 3 minutos para concluir.

**O SR. HIDERALDO BUCH** - Três minutos. Foi exemplo nacional em matéria de lei ambiental e, também, de comitê de bacias. Essa lei definiu fontes de recursos para manutenção do FEHIDRO. Eu falei que a maioria dos Estados contingenciou.

Eu trago aqui 3 pontos importantes antes de finalizar minha fala. Depois os demais companheiros farão uso da palavra.

O agravamento da crise hídrica expõe milhares de pessoas à escassez hídrica; os comitês de bacias, que são organizações de Estado com ampla participação social, tornam públicas essas questões e reivindicam, em nome dos territórios de bacias hidrográficas dos seus polos, o não contingenciamento dos recursos financeiros e o repasse imediato para manutenção dos comitês de bacias; o imediato repasse dos recursos da cobrança de valores já arrecadados pelos Estados; a integração da política de recursos hídricos com a gestão ambiental — que é muito importante; o fortalecimento institucional dos órgãos gestores dos Estados; a consolidação de uma política de revitalização dos rios brasileiros. Esses quatro primeiros aqui foram de uma carta que mandamos para o Governo do Estado.

Com muito carinho e com muita satisfação, recebemos o fortalecimento do nosso órgão gestor, o IGAM.

O IGAM, há uns tempos, estava muito sucateado. Hoje o IGAM é um órgão muito forte. Inclusive, os recursos financeiros que antes ficavam na SEMAD agora vão ficar no IGAM, para os Comitês de Bacia. Então, nós agradecemos ao Governo por ter feito isso para nós, por ter atendido o nosso pleito com relação a esse instrumento.

Por último, queremos tão simplesmente que o Governo e o Comitê de Bacias, como órgão de Estado, de forma respeitosa, cumpram os respectivos papéis institucionais, para que possamos manter os nossos rios brasileiros vivos. Falo isso porque o Comitê de Bacia é um órgão de Estado, está na estrutura do Estado. Então, o Governo tem que respeitar os Comitês de Bacias, assim como os Comitês têm que respeitar o Estado.





Essa era a minha fala. Eu agradeço, mais uma vez, à Deputada e a todos pela atenção.

**A SRA. PRESIDENTE** (Raquel Muniz. PSD - MG) - Ouvimos o Hideraldo Buch, Coordenador-Geral do Fórum Nacional do Comitê de Bacias. Vamos ter um momento de participação dos Parlamentares e vamos estender a fala para representantes de órgãos que estão aqui conosco e para as lideranças. E você terá oportunidade também de esclarecer aspectos da sua fala, porque hoje nós queremos saber realmente dessa destinação de recursos para a racionalização e melhoria dos recursos hídricos.

Usará da palavra agora a Sra. Thaís de Oliveira Lopes, que representa o Instituto Mineiro de Gestão das Águas — IGAM.

**A SRA. THAÍS DE OLIVEIRA LOPES** - Boa tarde a todos. Em nome do Secretário de Meio Ambiente, o Dr. Germano, e da Diretora-Geral do IGAM, a Dra. Marília Melo, eu gostaria de agradecer o convite e parabenizá-los pelo espaço. É disso que nós precisamos. Estávamos conversando com o Buch mais cedo sobre a necessidade de mais espaço de discussão para realmente conseguirmos construir um caminho e sairmos dessa crise em que estamos hoje. Mesmo que tenha dado uma aliviada, não podemos nos descuidar, porque esse é um recurso muito importante para nós, para os nossos usuários em casa, para a economia do País. Então, é preciso fomentar a discussão.

O Buch tocou num assunto também muito importante de discutirmos, que é o mercado das águas, tema de um projeto de lei que está sendo discutido. Acho que precisamos de um espaço para falar dos vários ângulos e posições sobre esse assunto, que vai ser bastante polêmico.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Minha proposta aqui de forma alguma é tentar esgotar o tema da crise hídrica no Estado de Minas Gerais e da destinação dos recursos, mas sim apontar alguns gráficos, alguns dados para conhecerem um pouco mais a realidade. Nós fizemos um recorte na Bacia de São Francisco como exemplo. Depois vamos falar um pouquinho até do FHIDRO, sobre o qual o Buch começou a falar.

Este é um mapa que mostra a disponibilidade hídrica do Estado de Minas Gerais. Nós podemos ver que, lá no finalzinho, bem ao sul, temos uma disponibilidade maior, de 10 a 12 litros por segundo. A maior parte, representada pelo azul mais claro, é de 0 a 2 litros por segundo.



Aqui traçamos um demonstrativo dos maiores usos que temos no setor de agropecuária, abastecimento humano, mineração e consumo industrial. A Bacia do Rio São Francisco demanda maior vazão, utiliza mais água.

Neste gráfico, vemos o uso insignificante. Em 2017, lançamos o cadastro *online* de uso insignificante, o que facilitou bastante para os pequenos produtores poderem regularizar a sua situação do uso. Está um pouquinho defasado, mas esta é a quantidade de cadastrados que temos de uso insignificante até setembro de 2017.

Este é um mapa para demonstrarmos a mudança nas precipitações entre 2014 e 2017. Vemos como diminuíram as precipitações. O espaço em branco é o que está mais próximo da média e o em amarelo é o que está abaixo da média. Então, vemos que o número de precipitações foi diminuindo com o passar dos anos.

Aqui temos um gráfico específico da Bacia do Rio São Francisco. A partir de 2014, no finalzinho da linha, percebemos que realmente houve uma diminuição das chuvas, o que agravou a crise.

Aqui vemos alguns exemplos de reservatórios que estão com volumes críticos. Um exemplo no Rio São Francisco é o reservatório de Três Marias.

Aqui também mostramos os reservatórios com volumes críticos, como, por exemplo, o Três Marias, como eu citei. Em 2014, o volume útil era próximo de 3%.

O que o Estado de Minas está fazendo para tentar mitigar os efeitos dessa crise? Recentemente, no final do ano passado, foi criado um grupo de escassez hídrica que tem sociedade acadêmica, os técnicos de meio ambiente, da fundação de meio ambiente, do instituto de florestas, do próprio IGAM, para discutirmos e tentar achar saídas. Uma das coisas que já começamos a fazer, que o IGAM já implementou é a questão dos alertas de emergência. Então, quando uma estação meteorológica começa a dar sinais de que o índice está abaixo da média, nós começamos a emitir boletins que são encaminhados para a defesa civil e, no caso de restrição, emitimos um alerta de estado de alerta ou de estado de restrição. Aí acabamos restringindo o volume de vazão outorgada e, dependendo, se estiver em estado de restrição, nós diminuimos a autorização. Por exemplo, quem tem uma outorga de 100 litros por segundo, vai acabar diminuindo a possibilidade de utilizar. Isso demanda consequentemente uma ação de fiscalização específica na região próxima da estação. Então, emitimos um boletim de alerta ou de emergência. Consequentemente, as



outorgas que estão em vigor são limitadas de acordo com cada decreto que emitimos. E a ação de fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente acompanha para que isso seja efetivo.

Aqui é o quantitativo de boletins emitidos referentes ao Rio São Francisco. A estação de Carmo do Cajuru é onde foi emitido o maior número de boletins, foram 28.

Aqui mostro o consumo na Bacia do Rio São Francisco.

Aqui trouxemos um gráfico do IQA — Índice de Qualidade das Águas, só como exemplo mesmo. O que vemos? Que na verdade, em 2016 e 2017, a qualidade da Bacia do Rio São Francisco, como exemplo, melhorou. Este é o índice de qualidade geral. Há várias variantes. A turbidez, por exemplo, é um índice específico. Às vezes, em um índice melhora e em outro piora, mas no geral se manteve a qualidade da água na Bacia de São Francisco, o que chamamos de IQA.

Aqui começamos a ver as cidades com declaração de emergência de calamidade pública.

Esse é de 2014. Nós vamos ver a diferença entre os anos de 2015, 2016 e 2017. Metade do nosso Estado entrou numa situação de crise hídrica. Aí, houve a iniciativa de falar que precisávamos fazer algo mais. Foi quando criamos o grupo e agora estamos discutindo com os comitês, com a sociedade acadêmica, a UFMG. Realmente, na hora em que fazemos esse comparativo, podemos perceber que o que estávamos fazendo não estava sendo suficiente.

Esse também é um espaço para discutirmos o que mais pode ser feito. O IGAM está à disposição para conseguirmos reverter esse quadro ou ao menos mitigar, minimizar os efeitos dele.

Um dos meios que o Estado de Minas tem para mitigar esses efeitos ou melhorar a quantidade e a qualidade dos recursos hídricos do nosso Estado é através dos recursos da CFURH — Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

Outra discussão que está aí é a questão da diminuição da porcentagem para o Estado e o aumento da porcentagem para os Municípios. Nós sabemos da importância dos Municípios, que é onde tudo acontece, onde a economia gira, onde as pessoas vivem, mas a gestão dos recursos hídricos deve ser feita de forma ampla. Não podemos esquecer que um rio não é isolado do outro. Temos uma rede e precisamos que um órgão gestor, um órgão estadual, que faça a gestão por bacias e consiga ver de forma ampla, mantenha um recurso, porque essa é a forma que temos de fazer realmente melhorias.



São 144 Municípios mineiros que recebem diretamente a CFURH. Num Estado de mais de 850 Municípios, isso equivale apenas a 17% dos Municípios que recebem diretamente a CFURH. Os outros Municípios de Minas Gerais recebem através do FHIDRO, e nós conseguimos distribuir de forma mais igualitária — não sei se esse é o termo correto. Em vez de só os Municípios que recebem a CFURH que têm usinas instaladas em seu território serem beneficiadas com esses recursos, conseguimos, através do fundo, que todos os Municípios que apresentem propostas recebam um fundo com projetos de melhoria qualitativa e quantitativa de recursos hídricos. Parte da CFURH vai para a Secretaria de Meio Ambiente, e ela aplica políticas ambientais relacionadas a recursos hídricos.

Esse recurso, por exemplo, foi utilizado nas ações de fiscalização. Nós estamos tentando aumentar bastante as ações de fiscalização para tentar diminuir o uso irregular e amenizar a questão da crise hídrica.

Outra política que conseguimos fazer foi a municipalização do licenciamento ambiental. Está dando muito certo conseguir dividir isso com os Municípios que têm essa competência constitucional. Estamos fazendo isso de forma muito bacana em Minas Gerais.

Esse é o fundo de que falei.

Nós trouxemos um *scanner* dos projetos que já conveníamos e para os quais passamos recursos. A maioria deles é de saneamento básico: 22 projetos. Há também os de regularização fundiária, monitoramento de clima e recursos, sistema de informação de recursos hídricos, que eu acho que é importantíssimo para conhecermos a nossa realidade e para podermos atuar nela.

Aqui são as bacias beneficiadas. Para a Bacia do São Francisco se apresentaram mais projetos; conseqüentemente, essa é a mais beneficiada com recursos do FHIDRO. Há 69 projetos.

Esse é um outro gráfico. Ele mostra a despesa empenhada com o FHIDRO durante toda a duração do fundo, de 2006 a 2017. Nós vemos que o SF4 é o que mais recebeu recurso do fundo.

Atualmente nós estamos trabalhando muito na alteração e na modernização da legislação do fundo para conseguirmos executar mais, diminuir a burocracia, que tanto dificulta as nossas vidas e, conseqüentemente, a vida de uma prefeitura, de uma ONG. Se



a burocracia prejudica o próprio Estado, eu fico imaginando uma prefeitura com estrutura um pouco mais frágil ou uma ONG. Então, nós estamos tentando desburocratizar, para conseguir executar mais. Não basta ter o dinheiro, nós temos que conseguir investi-lo e retornar isso para a bacia.

Uma das demandas do FHIDRO hoje são ações do próprio IGAM. Por exemplo, o monitoramento hidrometeorológico, com a emissão dos boletins, é feito com recurso do próprio FHIDRO. O monitoramento da qualidade da água também é feito hoje com recurso do FHIDRO.

Quanto à elaboração de planos diretores das bacias, todos esses foram e são executados com recursos do FHIDRO. O que nós entendemos? O IGAM não pode depender desse recurso. Essas são atividades do IGAM, mas, por questões outras, nós dependemos do FHIDRO hoje. Então, estamos batalhando para separar uma parte do recurso da CFURH para que o IGAM não dependa de projeto, dessa burocratização, para conseguirmos que o IGAM faça aquilo que tem que fazer por competência legal, independente do recurso do fundo. Isso é uma tratativa que fazemos com o Governador, e nós temos o apoio dos comitês. Já há um tempo que estamos batalhando nisso, e agora, com a modernização da legislação, estamos conseguindo. Mas isso demonstra o tanto que esse recurso é importante para o Estado de Minas Gerais. Sem esse recurso, hoje não conseguiríamos fazer, por exemplo, o monitoramento de qualidade da água.

E aqui estão os recursos que foram repassados para os comitês. Havia vários comitês até 2015, quando fazíamos o repasse por convênios, e, em 2016, havia apenas alguns convênios. Em 2016 e 2017, não havia mais repasse por convênio para comitê. Por quê? A forma de repasse através de convênio gerou uma grande insegurança jurídica por falta de normatização, de regulamentação da forma de prestação de contas, pelas dificuldades, às vezes, de algum conveniente fazer essa prestação de contas. Então, vimos que era um modelo que não estava dando certo.

Qual foi a proposta em 2016? Foi a de que o IGAM fizesse esse repasse direto, que fornecesse a estrutura que os comitês precisam de forma direta, que contratasse o apoio administrativo, que emitisse as diárias, as passagens — e isso deu certo, não é Buch?

Nós tentamos fazer isso, porque o Estado sabe como deve fazer, o que precisa de nota fiscal, para prestar contas, e o que não precisa. Então, vamos fazer isso diretamente para os comitês. Vimos que parte deu certo, como a questão das passagens, das diárias,



das coisas mais robustas, como aquisição de equipamentos, de computador, de mobiliário. Essas coisas permanecem com o IGAM, mas vimos que há coisas miúdas que o instituto não tem condições de pensar, tais como: se um comitê quer 10 canetas, se outro quer 20, se um precisa fornecer um *coffee break* em uma reunião. Por isso, decidimos voltar a fazer repasse. Estamos estudando a melhor forma de fazê-lo, conversando muito com o Fórum Mineiro de Comitês.

Reconhecemos que a nossa ideia, em parte, foi boa; em outra parte, não foi. Vamos estudar qual a melhor forma para voltar a fazer esse repasse. Nesse meio tempo, há de se reconhecer que fizemos um esforço muito grande para tentar dar ao comitê toda essa estrutura de que precisa para fazer essas discussões. Não há gestão de recursos hídricos sem a participação dos comitês. Não há gestão de recursos hídricos sem termos um retorno do que precisa a sociedade, a comunidade que está próxima da bacia, do rio; sem sabermos das demandas, do que ela entende. A outorga de grande porte demanda a participação dos comitês. Por isso, não dá para paralisarmos.

Nesses 2 anos, 2016 e 2017, fizemos um esforço muito grande, com a compreensão dos comitês, para fornecer — não da forma ideal, mas ainda sem repassar o recurso — toda a estrutura de que os comitês precisavam.

Acho que é isso.

Vou complementar um pouco a questão dos recursos do FHIDRO. Acho que temos de trabalhar muito com segurança jurídica. Não sei se pela minha formação e também pela minha experiência, mas eu acho que fazer o repasse e a destinação dos recursos públicos, seja qual for a origem deles, sem termos uma garantia, uma segurança, tanto para quem repassa quanto para quem recebe.... Acho que o que deu "errado", entre aspas, na questão dos convênios, foi isso. Os comitês não tinham segurança jurídica. É o que acontece hoje com as agências, com os recursos da cobrança. Às vezes, as agências mesmas dizem: *"Temos medo de executar o recurso, porque não sabemos se, lá na frente, vamos ter que devolvê-lo"*.

O IGAM está trabalhando muito na melhoria dessas normas, para termos segurança como órgão gestor e para quem recebe e tem que executar também ter segurança na execução deles. Temos agências como a IBIO, Peixe Vivo, e todos dizem muito isso: *"Olha, eu tenho recurso em caixa, mas eu tenho medo de executar"*.



Então, acho que uma coisa na qual devemos trabalhar, para conseguirmos dar essa destinação aos recursos da melhor forma possível — e o IGAM já está fazendo isso —, é na melhoria das nossas normas e na forma de repasse.

Já temos um grupo que está trabalhando na melhoria da legislação do FHIDRO; já temos um projeto de lei pronto com o novo FHIDRO. Enquanto isso, está saindo do forno um decreto que melhora o que é possível dentro da lei que temos hoje. Isso já está acontecendo e está prestes a sair.

Outra coisa que já está sendo discutida são as normas e a legislação referentes aos contratos de gestão, para que possamos facilitar, tirar essa burocracia e dar segurança para as agências e para os comitês executarem os recursos da cobrança. O Buch também falou sobre isso.

Acho que é isso. Fiz um resumo rápido do que está acontecendo em Minas Gerais e das propostas que temos de melhoria.

Permaneço à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Adelmo Carneiro Leão. PT - MG) - Obrigado, Thaís.

Concedo a palavra ao Assessor Especial do Ministério da Integração Nacional, Sr. Irani Braga Ramos, por 20 minutos.

**O SR. IRANI BRAGA RAMOS** - Muito boa tarde a todos e a todas.

Inicialmente, preciso agradecer à Deputada Raquel Muniz e ao Deputado Adelmo Carneiro Leão a oportunidade de estarmos aqui hoje neste debate importante sobre os recursos hídricos, sobre a infraestrutura hídrica em Minas Gerais.

Trago as palavras do Ministro Helder Barbalho, que cumprimenta os Deputados, agradece o convite feito ao Ministério e pede desculpas por não estar presente aqui. Vou procurar fazer o melhor para representá-lo bem.

Quero aproveitar para cumprimentar o Governo de Minas, representado pela Thaís, e cumprimentar os comitês de bacias, representados pelo Hideraldo.

Nós tivemos, há pouco tempo, aqui em Brasília, o Fórum Mundial da Água. Foi um evento importante, no qual nós tivemos oportunidade de interagir muito fortemente entre nós, do Brasil, entre nós, das várias esferas de governo e de fora do governo; de debater com especialistas; de ver e compartilhar experiências com especialistas do exterior. Foi um fórum muito rico por conta disso. Todos nós que somos do mundo da água estamos





acostumados a viver os conflitos e a trabalhar nos conflitos, sempre procurando o melhor resultado, para que possa haver um diálogo no dia seguinte. Acho que isso foi importante.

Durante o Fórum Mundial da Água, vimos que nós do Brasil não saímos desse evento como entramos. Percebemos que alguns debates, algumas questões que estão colocadas para o Brasil, na verdade, são questões globais, mundiais. Acho que especialistas de vários países, de agências das Organização das Nações Unidas, da OCDE, levantaram a questão da necessidade de ampliação dos investimentos, de um modo geral, no setor de água e saneamento.

Tivemos aprovado, em 2010, o direito humano à água pela Organização das Nações Unidas. Tivemos, em 2015, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com as metas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. Temos estimativas do BID, da OCDE, dos bancos de desenvolvimento, das agências internacionais de que, para atingirmos as metas até 2030 em nível global, teríamos que triplicar os investimentos em água e saneamento.

Essa é uma realidade, uma dificuldade não só no Brasil, mas também de todo o globo. Isso exige de nós mecanismos novos de investimento, fontes novas de investimento. Exige muita imaginação, e muita boa vontade, e muito esforço aumentar a eficiência dos recursos financeiros de que dispomos atualmente.

Olhando um pouquinho para o Brasil, é preciso dizer que nós vivemos, nesses últimos tempos, nesta última década, desde 2012, um conjunto de eventos que temos chamado repetidamente de "crises hídricas". Não foi uma só. Não acho que tenha sido uma única crise hídrica brasileira. Acho que foram várias crises, com vários reflexos, em vários lugares do País — com reflexos diferentes. Eu espero que nós estejamos vivendo essas crises e saindo dessas crises melhores do que quando entramos, com visões diferentes.

O grande desafio que nós temos é de que as crises hídricas se espacem no tempo. É claro que vemos os cenários de mudanças climáticas, que vemos as estatísticas dos últimos anos e percebemos que as precipitações têm variado, que as situações dos reservatórios têm estado mais próximas dos limites. Isso nos levou, neste último período, a uma situação de crise hídrica. Acho que daqui para a frente nós temos que procurar viver essas situações de estresse e usar as ferramentas de monitoramento que a Thaís, por exemplo, mostrou aqui, e outras que a ANA desenvolveu e com as quais nós todos temos trabalhado, para que, mesmo em situações em que haja limite de precipitação, em que haja



precipitações menores do que as esperadas, em que haja escassez de recurso hídrico, consigamos administrar o risco, de forma que não cheguemos a uma situação de crise. Esse é um grande desafio, é um desafio que não vamos resolver do dia para a noite, mas é um alerta que o próprio Fórum Mundial da Água nos permitiu visualizar.

Temos percebido pelas estatísticas que, de fato, dentro das variáveis meteorológicas e climáticas, temos vivido situações extremas. Tivemos até um reflexo disso recentemente, em 2017, quando, por proposta do próprio Ministério da Integração Nacional, o Conselho Deliberativo da SUDENE acabou por alterar a delimitação do Semiárido brasileiro. No caso de Minas Gerais, acabaram sendo incorporados seis Municípios nessa nova delimitação: Buritizeiro, Pirapora, Santa Fé de Minas, São Francisco, São Romão e Várzea da Palma. Esses seis Municípios foram incorporados muito por causa dessa visão de preparação para eventos extremos.

Ainda falando sobre o Semiárido, quero só enfatizar um pouco a questão da necessidade dos investimentos e da escassez. Sete por cento dos Municípios do Semiárido brasileiro estão em Minas Gerais, e 10% da área do Semiárido está em Minas Gerais — quase 11%. No entanto, essa região semiárida de Minas Gerais representa apenas 5% do PIB da região semiárida como um todo. Então, vemos que existe na região norte de Minas, na região do Semiárido, uma carência, um déficit econômico, que muito provavelmente se deve à escassez hídrica.

Também temos uma sequência de documentos, de avaliações, principalmente da Agência Nacional de Águas, a partir de dados do Ministério das Cidades, a partir de dados dos Estados, dos órgãos estaduais e dos comitês de bacia, que diagnosticaram situações críticas de abastecimento. Então, a ANA, no seu *Atlas Brasil de abastecimento Urbano de Água*, tem um mapa bastante famoso em que mostra os Municípios brasileiros pintados conforme a necessidade de ampliação da infraestrutura de abastecimento ou de novos mananciais. Vemos que a região norte de Minas tem uma grande incidência de Municípios que precisam de novos mananciais. Eles precisam de investimento em infraestrutura hídrica de distribuição, de abastecimento, mas precisam também de novos mananciais.

Vimos isso agora, recentemente. No próprio documento *Conjuntura dos Recursos Hídricos 2017*, a ANA enfatizou a questão das regiões críticas, e o norte de Minas, em especial a sub-bacia do São Mateus e do Rio Pardo, ela deixou bastante indicado como a



região que está sofrendo de estresse hídrico, com necessidade de ampliação de mananciais, de fontes hídricas.

Como nós do Ministério da Integração Nacional atuamos nisso? O Hideraldo citou uma coisinha que eu acho bastante importante. Ele comentou a respeito do comitê de bacias, falou a respeito da atuação por bacias, que é uma atuação territorial. Na verdade, quando estamos falando de recursos hídricos, de gestão por bacia, não podemos falar só do mundo da água. Vimos fazerem referência de novo a isso lá no Fórum Mundial da Água, com muita ênfase. Há necessidade de trazermos para discutir o mundo da água quem está fora da caixinha da água, quem faz a ocupação do território, quem planeja as atividades econômicas que podem ser mais ou menos demandantes de água, que podem ser mais ou menos poluidoras, que podem ser mais ou menos amigáveis com o meio ambiente, que podem ser mais ou menos atrativas de gente.

Eu acho que esse é um ponto crucial. Acho importante que se diga — no caso, puxando um pouco para o Ministério da Integração Nacional — que essa questão é importante. O mandato do Ministério da Integração Nacional passa pelas obras de infraestrutura hídrica, mas passa também pela Política Nacional de Irrigação, passa pela atuação, em momentos de crise, da Defesa Civil, passa pelo desenvolvimento regional — e nós temos lá a Secretaria de Desenvolvimento Regional —, passa pela gestão dos fundos de desenvolvimento regional.

Com essa preocupação, a partir de 2016, o Ministério da Integração Nacional procurou assumir um papel um pouco mais importante, em particular no caso da Bacia do São Francisco, com relação à revitalização de bacias. Nós propusemos, e o Presidente acabou assinando um decreto de constituição de nova organização para o Programa de Revitalização de Bacias, que puxou a gestão do programa, dando-lhe um caráter estratégico no Governo, para a Casa Civil da Presidência, e deixou com o Ministério da Integração uma articulação técnica. Procuramos dar argumentos técnicos ou construir uma carteira de ações que permita a revitalização da Bacia do Rio São Francisco, por mais ambiciosas, de longo prazo e desafiadoras que sejam essas metas, ainda mais num período de crise econômica, financeira, em que nós temos baixa disponibilidade de recursos investidos. Por isso até temos feito um esforço bastante grande.

Por causa de uma questão bastante importante, eu preciso abrir um parêntese aqui. Embora nós tenhamos assumido esse papel de coordenação técnica, não somos



responsáveis pelos orçamentos do Ministério do Meio Ambiente para fazer as ações ambientais, ou do Ministério das Cidades para cuidar do saneamento. Mas nós temos uma competência, que nos foi dada pelo Decreto nº 8.834: a de articular tecnicamente esses órgãos, para que haja uma atuação mais forte lá.

Nessa carteira de revitalização — e não só nela, mas também no conjunto dos investimentos em infraestrutura hídrica na região, em Minas Gerais —, o Ministério da Integração tem, atualmente, cerca de 68 empreendimentos em andamento. Falo do norte de Minas. Na verdade, da bacia de Minas Gerais, mas eles estão fortemente concentrados no norte de Minas. O valor total dessa carteira soma 1 bilhão e 200 milhões de reais. No período de 2015 para cá, fizemos um investimento, no norte de Minas, nesse valor, no total da carteira, que representa 1 bilhão e 200 milhões de reais. O que é isso? Quando todos os empreendimentos estiverem concluídos, o valor de seus ativos representará 1 bilhão e 200 milhões de reais. Até o presente momento, foram investidos 520 milhões nesses empreendimentos, tendo sido 160 milhões em 2016 e 2017.

Isso é pouco. Eu considero pouco. Falei sobre isso na minha primeira fala. Essa foi até uma das conclusões que o Fórum Mundial da Água trouxe para nós. Para atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável global, que é uma meta de longo prazo, para 2030, nós precisamos ampliar esses investimentos em alguma coisa como três vezes pelo menos, em água e em saneamento. Então, é um valor que nós precisamos trabalhar para ampliar, mas não é um valor desprezível. Um bilhão e 200 milhões de reais é um valor significativo em empreendimentos.

É importante dizer — e no caso eu estou falando apenas do Ministério da Integração Nacional — que eles estão espalhados por investimentos em oferta d'água, investimentos em esgotamento sanitário e saneamento, em recuperação de processos erosivos para revitalização da bacia. Então, é um conjunto significativo de investimentos com esses propósitos.

Temos encontrado, ao longo dos anos, parcerias importantes no Governo de Minas. Ele é um parceiro forte nosso. Temos encontrado uma parceria bastante importante, temos cobrado quando é necessário e apoiado quando é necessário, no Congresso Nacional, aqui na Câmara dos Deputados, que sempre nos ajuda bastante nessa pauta do Ministério da Integração Nacional para água.



Eu me esqueci de trazer, peço desculpas, os valores associados à carteira emergencial, àquela metade de Minas Gerais que está em situação de emergência. Boa parte dos Municípios de lá solicitaram e obtiveram algum apoio federal, do Ministério da Integração Nacional, para enfrentamento da situação de crise hídrica, da situação de seca e, às vezes, para situação de cheias, que também acontecem nesses Municípios.

Deputado, de novo eu agradeço pela oportunidade. Estou aqui à disposição para responder às perguntas que forem feitas. De novo, em nome do Ministro também, agradeço pelo debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Adelmo Carneiro Leão. PT - MG) - Muito obrigado, Irani Braga Ramos, que falou pelo Ministério da Integração Nacional.

Deputada Raquel, venha comandar a Mesa, por favor. *(Pausa.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Raquel Muniz. PSD - MG) - Nós estamos em processo de votação no plenário. Eu já votei.

Agora o Deputado Adelmo Carneiro Leão vai fazer questionamentos e, em seguida, vai participar da votação.

Com a palavra o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

**O SR. ADELMO CARNEIRO LEÃO** (PT - MG) - Primeiro, eu quero agradecer ao Hideraldo, das Minas Gerais, à Thaís, do IGAM, e ao Irani.

Irani, você é do Pará também?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. ADELMO CARNEIRO LEÃO** (PT - MG) - É daqui de Brasília mesmo?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. ADELMO CARNEIRO LEÃO** (PT - MG) - É paulista. Está bem.

Eu gostei muito das falas de vocês. Foram interessantes. Diante disso, nós temos enormes desafios pela frente, agora e sempre.

A primeira pergunta que não quer calar na minha cabeça e no meu coração é sobre a crise de que vocês falaram. O Hideraldo falou da crise do Estado, não da crise de Minas Gerais, da crise do Estado.

A crise do Estado leva a contingenciamento de recursos de uma área que nós estamos dizendo que está em crise. Que paradoxo é esse? Estamos contingenciando recursos da saúde, da educação, do saneamento básico, da preservação das águas. Para quê? Para quê? A quem estamos atendendo? Que crise é essa maior do que isso que



estamos debatendo aqui e outras áreas sociais relevantes, que faz com que os recursos dessas áreas tão importantes, tão significativas para a sociedade sejam contingenciados, Thaís? Que crise é essa? Onde esse dinheiro está sendo enfiado? Está atendendo a que tipo de interesse?

Para resolver a crise hídrica, vamos precisar de mais 12 anos. O Irani disse que, em 12 anos, nós precisaremos pelo menos triplicar a quantidade de recursos, o que significa que ela não vai ser resolvida.

Qual o significado da crise hídrica no contexto do desenvolvimento social, humano, da dignidade humana, da preservação da saúde? Eu estou abismado com essa crise. Nós falamos de crise todos os dias, e os recursos contingenciados são das áreas mais delicadas, do ponto de vista das necessidades humanas.

Você falou, Irani, sobre a questão do saneamento básico. Que ação é mais importante que justifique a redução dos recursos a serem investidos em saneamento básico? Por falta de saneamento, nós estamos gerando uma enorme crise, ou seja, estamos mantendo uma enorme crise, que é a contaminação das nossas águas. Quando falamos de crise hídrica, estamos tratando não só da falta de água. A contaminação e a falta de saneamento representam um estado de crise gravíssimo que tem causado doenças, mortes e o aumento do Custo Brasil, enormemente.

Que crise é essa que está tomando esse dinheiro nosso, Irani, que nunca pode chegar àquilo de que nós precisamos? Estão contingenciando recursos da saúde também. Nunca conseguimos avançar, para cumprir o princípio constitucional da saúde como direito pleno de cidadania, e do Estado como seu provedor. O Estado não está provendo o que é responsável por prover.

Eu estou acompanhando essa questão, Hideraldo, já há algum tempo e fico muito honrado de, nesta Comissão, trazer um debate muito importante. Thaís, mais do que elaborar projetos, temos que denunciar essa relação do Estado brasileiro.

Vocês disseram — e é fato — que nós temos um problema grave no Brasil, uma crise gerada por alterações climáticas. Mas, se nós analisarmos o conjunto da obra, a análise territorial e geográfica, vamos ver que o desmatamento da Amazônia está ajudando a criar essas alterações climáticas tão fundamentais. E o que se faz?

O recurso é retirado de todo o sistema, de todo o projeto, de todo o modelo destinado para cuidar da água. Não digo que se deve colocar mais recursos, digo que não se deve retirar



dinheiro do FHIDRO, que não se deve tirar o dinheiro destinado às bacias hidrográficas. Para atender quem?

A questão ambiental está nesse contexto. Nós temos que fazer investimento, mas temos que promover ações efetivas. Mais importante do que qualquer lei que votemos aqui, é preciso que haja atitude em relação à aplicação das leis, é preciso dar-lhes aplicabilidade.

Eu viajei por Minas Gerais, fui a Buritis, que, como vocês sabem, fica no noroeste do Estado. A denúncia que existia lá — e temos que voltar lá para saber em que situação se encontra — era a de que o uso da água para irrigação tinha tamanha dimensão, Irani, que não sobrava água para dessedentar os animais e a própria população, a jusante dessa região, em tios importantes como o Urucuia, o Gortuba, o Paracatu, o Verde Grande.

Deputada Raquel, nós andamos por lá, nós andamos pelo leito seco desses rios. Muitas vezes, eles tinham água minguada.

Pode tirar dinheiro para atender o quê? Para atender a bancos, a banqueiros? Para atender a grandes grupos, a interesse econômicos? Para sustentar o sistema capitalista que está aí?

Se nós não tocamos o dedo nessa ferida, não haverá solução. Vamos viver justificando que a crise nos faz retirar recursos de questões essenciais. Isso não é admissível, não é compreensível.

Vamos a outro problema. Eu estive agora no Vale do Jequitinhonha. O Rio Itamarandiba, segundo o pessoal, agora em tempo de chuva está bonito, tem água corrente, mas a sua contaminação por esquistossomose é uma coisa brutal. O que nós fizemos até hoje? O que custam o tratamento e a própria vida, principalmente das crianças que vivem nas margens desses rios, dos ribeirinhos? Esse rio está contaminado, assim como muitos outros lagos, lagoas e nascentes, com esquistossomose. Isso não é algo para ser enfrentado como prioridade no nosso País? Eu imagino que sim. Não tenho que pagar a banqueiro primeiro, não tenho que sustentar o sistema financeiro de dívidas, em detrimento das necessidades fundamentais. Quais são as necessidades? Aí nós vamos discutir.

Por isso temos que definir crise, temos que conceituar crise e onde nós vamos atacar. Se não tivermos esse conceito... E temos que saber inclusive do nosso Governo, do que elegemos, do que apoiamos, que queremos que tenha sucesso em Minas Gerais. Em relação à crise, qual é o enfrentamento que está sendo feito? Os professores estão





clamando, o pessoal da saúde está clamando. O pessoal das águas elogia e diz que melhorou, mas isso não significa que atingiu o mínimo destinado para a saúde. Nós queremos que o Governo continue resolvendo os problemas e enfrentando a crise. Queremos enfrentá-la junto com o Governo.

Certamente, se for chamada, a sociedade verá que parte dessa crise não é causada só pela restrição de recursos para Minas Gerais. Preciso dizer ao Irani, que tem uma boa colaboração do Governo de Minas Gerais, como sinalizou aqui, que o Governo Federal tem má colaboração com o Governo de Minas, que o Governo Federal está restringindo recursos, está retirando recursos do Governo de Minas Gerais que deveriam ser repassados para o enfrentamento da crise na saúde, na educação, na segurança pública, em todos os setores. Mais de 1 bilhão de reais é o que a União deve ao Estado de Minas Gerais, que evitariam que a crise chegasse à situação que vemos.

Outra situação que para mim é muito grave, que é ação humana efetiva — e nós precisamos de resultados conclusos —, é a crise gerada pela má ação do homem, do ser humano. Temos o exemplo do Rio Doce, um exemplo trágico, dramático. Temos que entender que lá se praticou um crime, que até agora está impune, está impune. A Samarco, a Vale, as instituições, os responsáveis têm que cumprir muito mais do que estão cumprindo. Esse crime não está sendo punido na medida correta. Não adianta dizer que há 20 bilhões de reais para destinar, se não chegam lá. As pessoas que foram vítimas diretas do acidente ou do crime não estão recebendo a contento. Aonde vamos parar com isso? É um problema que considero grave.

Mas eu vou falar de uma coisa boa também, lá de Minas Gerais, de um exemplo de quem cuida das águas. Lá não é só o poder público que atua, lá atuam o poder público, o Município, e as empresas privadas. Dezenas de empresas, na cidade de Extrema, colaboram, participam do processo de recuperação e de proteção das nascentes. São chamadas de produtores de água inclusive. Ou seja, é um lugar para o mundo olhar como exemplo de boas práticas, de preservação de nascentes, de cuidado das margens, dos córregos e ribeirões que estão ali. Há muita gente envolvida. Também não é só uma questão do poder público, é uma questão de cada um e de todos nós. E onde cada um e todos atuam nós temos respostas positivas.

Esta crise não precisa ser duradoura. Nós podemos resolver, nós podemos equacionar. Não podemos aumentar demais a água, em função de um conjunto de



variáveis, mas podemos distribuí-la com mais equidade, com mais justiça, e atender de maneira efetiva, para que as pessoas, os animais e as plantas não continuem passando sede em função do uso ganancioso e exagerado da água, que chega a ser atrevido, afrontoso inclusive à legislação sobre o uso das águas, em algumas regiões do nosso País — do nosso País. Estou falando de todos os lugares que estamos avaliando, não só de Minas Gerais.

Então, para mim, essa é uma questão também muito importante.

Pergunto a vocês o seguinte: quanto à legislação que está proposta, o que mais podemos fazer? Nessas audiências públicas, nas oitivas, o nosso interesse é o de ouvir de vocês as experiências da relação direta que têm com as bacias hidrográficas, com o uso da água, para aprimorarmos a nossa legislação.

Mas nenhuma legislação, por mais primorosa que seja, será eficaz, se não houver atitude por parte dos nossos governos, dos nossos governantes e da própria população, em relação a suas práticas. Quero também deixar registrada essa situação.

Eu vi em Montes Claros um exemplo muito positivo também. Lá também há escassez de água. Nós sabemos que não é brincadeira, que a situação é grave, mas, numa empresa que talvez seja uma das maiores deste País, vemos um empresário com visão estratégica, com consciência crítica, com consciência humanista inclusive.

É o caso do Josué, da COTEMINAS, que faz o reúso da água. Ou seja, não se pode só utilizar, como se não tivesse fim, como se não tivesse limite, a água que está disponível, principalmente nessas regiões mais carentes, mais deficitárias de água. Lá se faz o reúso da água. Isso é muito positivo. Acho que nós temos que tratar dessas questões de maneira muito consistente.

Eu quero encerrar dizendo da minha visão. Acho que, para tratar dessa questão da crise hídrica, nós temos que considerar o conjunto da obra, ou seja, a falta de água, o excesso de água em função da poluição e do excesso de lixo que se coloca nos rios — e quanta gente está tendo prejuízos enormes com isso? —, a queda de barreiras, a contaminação por venenos, por bactérias, por produtos orgânicos ou inorgânicos, o que torna as nossas águas difíceis de serem tratadas.

A Deputada Raquel é de Montes Claros, cidade que tem buscado água de um local a mais de 100 quilômetros de distância.



Nós temos um rio extraordinário, o Rio Grande, ao lado de Uberaba, a 30 quilômetros de distância. Talvez menos. Não é, Hideraldo? No entanto, a contaminação por metais pesados dificulta e encarece o tratamento das suas águas. Nós temos que saber a origem da contaminação desse rio, que nasce lá perto do Rio de Janeiro e dá tanta vida e tanta alegria para nós todos, inclusive alegrias turísticas. É preciso saber como fazer o controle das nossas águas.

Finalmente, quero dizer que entendo que nós temos que tratar dessa questão do custo da água, não só no que diz respeito às hidrelétricas, mas também ao uso e, mais ainda, ao incentivo do uso racional da água. Temos um potencial enorme. Estamos falando de crise, mas há um potencial não explorado, que é o cultivo na água, é a piscicultura, é a aquicultura. Existem muitas atividades importantes. Além da geração de energia, além de matar a sede dos animais, além da irrigação, há muitos usos da água que são muito apropriados, com os quais podemos dar um salto de qualidade no sentido de tirar o Brasil da crise.

Então, tirar o Brasil da crise não é tirar dinheiro das águas, é colocar mais dinheiro no combate à poluição das águas, no saneamento, na promoção da aquicultura e da piscicultura, para a água ser esse bem sagrado de toda a humanidade.

Eu quero mais uma vez agradecer a cada um de vocês. Acho que a presença de vocês aqui hoje foi muito salutar, foi muito positiva.

Eu gosto muito de estar presente do começo ao final das audiências públicas, porque é nessa interação permanente que nós vamos encontrar as respostas mais adequadas para esta situação. Certamente, seguramente, se tratarmos isso como crise, e não como algo cujos recursos podem ser desviados para outras coisas, nós vamos dar um salto de qualidade na geração de renda e de emprego, na preservação da vida e na nossa própria soberania nacional.

**A SRA. PRESIDENTE** (Raquel Muniz. PSD - MG) - Agradeço pelas sempre sábias palavras ao Deputado Adelmo, que está sempre presente na nossa Comissão, que já participou de várias audiências públicas e de visitas técnicas pelo Estado de Minas Gerais, que apresentou a crise, mas também apresentou exemplos de cidades que têm solução.

Quero dizer a ele que nós da Comissão já temos um requerimento encaminhado para uma visita a Extrema, inclusive com a *TV Câmara* — é a nossa solicitação. Queremos



mostrar para o Brasil e para o mundo esse exemplo tão bom, que foi também debatido durante o Fórum Mundial da Água que aconteceu aqui em Brasília.

Quero agradecer também, pela presença, ao Sr. Athadeu Ferreira da Silva, da CODEVASF — Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, aqui de Brasília; ao Sr. Vinícius e ao Sr. Antônio Carvalho, do Ministério da Integração Nacional; à Sra. Leila Lopes, da CODEVASF; ao Sr. Flávio Damasceno, também da CODEVASF; à Sra. Rosiani Portela, da Assessoria Parlamentar — ASPAR do Ministério da Integração Nacional; ao Sr. João Vítor; à Sra. Natália; ao Sr. Júlio Murilo, ao Sr. Joaquim Simão, ao Sr. Getúlio Vargas, à Sra. Maria Alice, todos Vereadores do Município de Três Marias; ao Bruno, assessor parlamentar; e à Ludmila.

O Bruno Costa empresta seu talento também no gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão. Tanto ele quanto Ludmila, que trabalha no nosso gabinete, são ribeirinhos e se debruçam sobre essa temática, já que nasceram e vivem também às margens do Velho Chico.

Há outros oradores inscritos, Deputado Adelmo Carneiro Leão. Tendo em vista que V.Exa. vai ter que ir ao plenário votar, eu vou deixar que eles façam as perguntas ao pessoal da Mesa, que responderá às suas perguntas e às deles ao final. Pode ser? *(Pausa.)*

O Sr. Athadeu, da CODEVASF, quer se manifestar. Os Srs. Vereadores também querem se manifestar.

Tem a palavra o Sr. Athadeu, da CODEVASF.

**O SR. ATHADEU FERREIRA DA SILVA** - Parabéns, Deputada Raquel Muniz! Parabéns, Mesa como um todo, pela exposição, pelos esclarecimentos que foram dados!

Eu queria de antemão informar aos senhores que eu sou mineiro e conheço a região do norte de Minas Gerais, o Vale do Jequitinhonha. Trabalhei muito tempo nessas regiões que eu estou citando. O nosso foco maior é o São Francisco. Eu sou membro do Comitê de Bacia, onde também temos o foco de gestores. Não poderia deixar de discutir isso.

O próprio Buch comentou aqui sobre a importância da área de recarga e, principalmente, sobre a gestão. A área de recarga é exatamente a área de produção, onde tem que ser feito o manejo de água e solo adequado. O Deputado que estava aqui agora, o Deputado Adelmo, falou que andou pela região do Rio Urucuia, durante uma viagem, e que o pessoal está usando muita água lá para irrigar, e não está deixando a água correr rio abaixo. Então, eu vou conversar com o IGAM.



Todo esse pessoal, nós sabemos, tem outorga para fazer isso. Eles estão fazendo barramento. Há muito barramento nos rios afluentes do São Francisco e nos afluentes dos afluentes. Esse barramento é exatamente a reservação hídrica, que todo mundo faz, é a caixa d'água. O pessoal segura a água, não deixa a água ir embora.

O Comitê de Bacia tem uma bandeira e vem discutindo o Pacto das Águas, exatamente para a carga ter uma vazão mínima e segura, que é de Q7,10 — quem sabe? — na foz, o que garante água para o restante da bacia, considerando-se que 76% da água é gerada em Minas Gerais.

Mesmo com toda a dificuldade com que se depara, a gestão é fundamental. Esses entes coordenadores têm que fazer a interlocução.

Como está a discussão com a ANA? Gostaria de informação sobre essa questão.

**A SRA. PRESIDENTE** (Raquel Muniz. PSD - MG) - O Sr. Vereador Joaquim Simão, de Três Marias, gostaria de se manifestar.

Com a palavra o Vereador Joaquim Simão.

**O SR. JOAQUIM SIMÃO** - Quero cumprimentar os Deputados presentes, os membros da Mesa, e dizer a V.Exas., como diz o nosso Deputado Adelmo, que nós sabemos que o Brasil tem a maior reserva do mundo de água doce e essa água não está sendo equilibrada, não está sendo tratada adequadamente. Sabemos que isso leva a população, de um modo geral, a vários tipos de sofrimento, podendo adquirir vários tipos de doenças, por falta de tratamento adequado. Nós temos, por exemplo, o Rio São Francisco. Pelo fato de eu ser lá de Três Marias, Minas Gerais, sou morador de perto do rio, e há várias construções às margens do rio que, às vezes, não têm o tratamento adequado; a rede de esgoto, às vezes, cai no rio. Estou dizendo isso como um desabafo, para aproveitar, já que estamos falando do tratamento da água.

Estou um pouco nervoso, mas é normal. Represento aqui os trimarienses, diante de tantas pessoas importantes. Mas o que eu quero dizer é o seguinte. Realmente é uma afronta para todos os Municípios que dependem das águas para sobreviver, visto que temos as empresas responsáveis pelo tratamento de água, e não fazem o trabalho adequado. Cito, por exemplo, ainda como um desabafo, a COPASA, que faz o tratamento de água em nossa cidade. Nós vimos lá ainda resíduos de esgoto sendo jogados no rio, e eles cobram taxa exuberante da população, sendo que deveria ser cobrada após terem



resolvido todas as questões de saneamento básico. Então eles cobram sem terem resolvido todas as questões, e taxas muito altas.

Ainda hoje recebi uma ligação de uma senhora dizendo que a taxa dela vinha 70 reais, sendo que ela nem usa água em casa, e passou para quase 300 reais.

Então eu peço que V.Exas. também vejam a questão desses aumentos absurdos que a COPASA está cobrando da população. Vejam se esses aumentos absurdos são legais.

O que eu queria dizer a V.Exas. era somente isto, um desabafo, representando o povo trimariense, que está revoltado pela cobrança absurda da taxa de água pela COPASA.

Muito obrigado pela atenção de V.Exas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Raquel Muniz. PSD - MG) - Quero agradecer ao Vereador Joaquim Simão e colocar à disposição esta Comissão, que trata da crise hídrica de Minas Gerais, para que possamos fazer uma audiência em Três Marias, porque o debate sobre essa questão de Três Marias perpassa pela questão de Minas Gerais. Nós temos discutido isso também na Comissão de Revitalização do São Francisco e na Comissão do Semiárido Brasileiro, e Três Marias está na nossa pauta. Nós podemos fazer como foi feito em Montes Claros, em Juramento, onde já fizemos audiência pública, e podemos conversar com a Câmara para levar também esse debate para a cidade, inclusive a questão da COPASA, do cumprimento do contrato. Foi um problema grande também na capital do norte de Minas, Montes Claros, essa questão do cumprimento do contrato. Nós alertamos sobre esse problema lá bem antes até do racionamento, na principal cidade do norte de Minas, uma cidade que é industrial, onde vemos a preocupação do empresário Josué de Alencar quanto à questão do reúso da água.

Quero dizer, Vereador, que estamos à disposição do senhor e de todos os que estão nos assistindo, inclusive de outras cidades, para levarmos esse importante debate para onde as pessoas vivem que são as cidades. E Três Marias está aqui muito bem representada nesta tarde.

O senhor quer se manifestar?

**O SR. FLÁVIO** - Boa tarde. Sou Flávio, da CODEVASF. Um ponto importante que a Thaís comentou é a questão da aplicação dos recursos arrecadados pelas agências de água.



Nós vemos nos perímetros irrigados a cobrança de água, mas deixamos de ver justamente a aplicação desses recursos, que poderiam ser aplicados na área de recarga, por exemplo.

E ano passado — o Athadeu também participou — foi alterada a metodologia de cobrança de água. Então, podem até mais que triplicar os valores pagos, mas, sem a aplicação desse recurso, vira um imposto a mais, em vez de cumprir a finalidade, que é incentivar a racionalização do uso da água.

Gostaria que você comentasse também essa questão, porque você disse que são as normas que dificultam, que a agência diz que não pode aplicar porque tem medo de que tenha que devolver.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Raquel Muniz. PSD - MG) - Obrigada pela participação.

Lembro que a Deputada Jô Moraes passou aqui mais cedo, ela que é sempre assídua aqui na Comissão.

Gostaria de que houvesse um consenso para que passemos às respostas aos questionamentos feitos pelo Deputado Adelmo. Pode ser que haja alguma réplica ou tréplica, mas peço também que façam as considerações finais.

Da minha parte, enquanto Coordenadora desta Comissão, tenho conversado muito com o Deputado Adelmo, que, enquanto Deputado de Minas Gerais, ajudou a construir o plano de saneamento, e nós temos falado muito essa questão do saneamento também nas cidades. Há vários órgãos envolvidos com isso e tantos que já passaram por aqui, e nós vamos convidar a FUNASA, que também tem esse papel importante.

O objetivo desta nossa audiência pública é realmente avaliar a destinação dos recursos. Eu acho que o tempo foi curto, e alguns tiveram outras questões também importantes, mas a Comissão precisa ter isso no relatório: qual é o investimento, por exemplo, aportado no Comitê de Bacias Hidrográficas? Você disse que parte já foi destinado para implementação, projetos, mas nós queremos saber, na prática, efetivamente, qual é o impacto disso. E o Irani também, que responde pelo Ministério da Integração Nacional, falou sobre alguns recursos, cujos valores ele não tem aqui com ele, que são aqueles para emergências. Eu acho que é preciso que se comunique à população sobre o que está sendo feito. Não podemos ser injustos nem com o Governo do Estado, nem com o Governo Federal, mas precisamos dar tranquilidade às pessoas e prestar





informações para que elas cobrem também aquilo que não está sendo realocado especialmente para a proteção das nossas nascentes, porque há uma grande preocupação nossa com relação a isso na Comissão.

Thaís, nós sabemos que houve uma revolução no IGAM, melhorou muito a gestão das águas, e nós precisamos desses valores. Nós fizemos essa solicitação, e, ainda que ela não seja atendida hoje, no momento que os senhores terão para suas considerações finais, a Comissão já solicita esses números para que eles possam constar do nosso relatório.

Quero dizer ao Rodrigo, nosso assessor, e também assessor lá na Comissão de Desestatização da ELETROBRAS — ainda que essa seja uma das poucas Comissões que está funcionando na Casa, a primeira depois que voltamos do recesso —, que nós apresentamos uma emenda modificativa, e nessa emenda nós tratamos dos recursos destinados à revitalização do São Francisco, e pedimos que esse valor seja alterado. Então, temos que aproveitar este momento agora. Sabemos que ainda vai haver o debate sobre o mérito e que depois a matéria será levada a Plenário para votação, mas a nossa emenda já faz parte do relatório, que o nosso Deputado José Carlos Aleluia vai condensar, para depois apresentá-lo ao Plenário da Comissão.

A justificativa que nós apresentamos é que esses recursos, que vão ser repassados em dois momentos, sejam alterados. Quero muito a participação também dos senhores que trabalham essa temática da revitalização — e vejo muitos representantes da CODEVASF presentes —, para que possamos de maneira bastante sensata avaliar essa alteração nos recursos, porque uma vez chegado o momento da aprovação disso, nós não podemos perder a oportunidade de ter esses recursos alocados para a revitalização do nosso São Francisco.

Concedo a palavra à Thaís para as suas considerações e respostas às indagações.

**A SRA. THAÍS DE OLIVEIRA LOPES** - Agradeço as perguntas de todos. Acho que é sempre oportunidade de nós refletirmos e esclarecermos alguns pontos.

Eu vou começar com os apontamentos do Deputado Adelmo Carneiro Leão. Se eu esquecer algum, o senhor, por favor, me lembre. O primeiro ponto é o do contingenciamento de recursos.

O senhor disse que estamos segurando recursos que seriam destinados para as áreas de educação, saúde e meio ambiente, e que isso não faz sentido. Talvez isso tenha saltado



aos olhos, e o Estado agora está liberando os recursos. Nós percebemos que não se trata só de questões humanas, de acesso à água de qualidade. Não estamos falando só de crise de quantidade de água. Falamos também em crise quando não temos água de qualidade. E há também a questão econômica. Se não tem água, a economia não gira; se não tem economia, não tem imposto; se não tem imposto, não tem recurso. A economia não gira sem recursos hídricos. Então, até para fazer valer a legislação federal, que garante o uso múltiplo, nós temos que voltar a fazer investimentos em recursos hídricos. Estamos batalhando por esses recursos e estamos conseguindo.

Não se trata de uma crise financeira do Estado, mas de uma crise financeira do País, infelizmente. Estamos batalhando por recursos federais e até da iniciativa privada, que, às vezes, tem uma proposta bacana, um projeto bacana, que tentamos divulgar. Acho que isso é uma forma de conscientização para que todos participem.

Em relação ao contingenciamento, Deputado, eu não sei responder sobre a destinação desses recursos, mas o Governo de Minas está trabalhando nessa questão. Houve a reestruturação do IGAM, ele voltou a ter mais autonomia. Estamos batalhando com algum sucesso. O decreto foi publicado no final do ano passado, e tivemos a volta da Diretora do IGAM, Marília Carvalho de Melo, uma servidora de carreira, com conhecimento técnico. E já estamos vendo alguns avanços em pouco tempo. Então, espero que a médio e longo prazo nós possamos parar de tratar essa questão como crise hídrica e ter uma realidade melhor para as nossas águas.

No que se refere ao Rio Doce, o Estado tomou as atitudes devidas. Nós acionamos a Justiça e criamos um grupo que acompanha a situação da Fundação Renova. A sensação que eu tenho é que foi um acontecimento de consequências tão grandiosas que tudo que nós fazemos fica muito pequeno. Eu acho que foi realmente um impacto ambiental absurdo. Tivemos uma perda lastimável em termos de recursos hídricos de qualidade, mas estamos, sim, atuando nesse caso e acompanhando essa situação. E é sempre bem-vinda qualquer contribuição. Às vezes, nós pecamos por causa de alguma coisa que podíamos fazer e não estamos fazendo. Mas o Estado tem representantes da Secretaria de Meio Ambiente, da Fundação Estadual de Meio Ambiente — FEAM, que cuida dessa questão de barramento de resíduos sólidos, e do IGAM, que faz o monitoramento da qualidade das águas.

Nós temos uma servidora que praticamente perdemos, porque ela é a servidora do Doce. Aproveito para agradecer muito a participação dela, a Regina, que tem atuado muito



nessa questão, com o fornecimento de *feedback* sobre o que está acontecendo, e tem feito esse monitoramento.

Voltando à questão do contingenciamento, não basta ter dinheiro para investir, como eu disse no início da minha apresentação. Respondendo ao colega da CODEVASF, não basta ter recurso e repassá-lo. É preciso ter projetos, como propõem as entidades equiparadas e os Comitês de Bacias. Mas é preciso ter segurança. Eu acho que hoje há uma falha grande no Estado de Minas Gerais, e talvez nós esbarremos na crise de gestão — foi falado aqui sobre essa crise de gestão.

Estamos aproximando mais as entidades equiparadas e as agências. Com os comitês sempre tivemos uma relação muito próxima, mas vimos que quem executa, quem assina o cheque, são as agências. Então, elas precisam estar próximas também do órgão gestor, e estamos buscando isso.

De toda forma, eu acho que cabe aos comitês, ao órgão gestor, sempre dar esse estímulo às agências, para conseguirmos colocar em prática os projetos que são propostos e que os comitês apontam como necessários para a melhoria das bacias. Mas esperamos também que, com essa aproximação, a sociedade consiga ver de fato o resultado da arrecadação.

Reitero que é muito importante a cobrança. Eu entendo a insatisfação por ter sido cobrada uma quantia e não se ver o retorno. Eu entendo isso, porque, como todos, sou contribuinte de impostos, e é muito ruim quando desembolsamos uma quantia e não vemos aquilo de volta. Mas vamos trabalhar juntos. Estamos nos aproximando mais. Espero que em curto prazo a sociedade consiga ver melhorias nas bacias. Já há cobrança, porque já há algum recurso lá. Não é um recurso bilionário, mas dá para fazer os pequenos projetos e algumas melhorias, sim.

Volto agora à questão dos barramentos e da fiscalização. A fiscalização hoje fica na Secretaria de Meio Ambiente, que é outra entidade, mas trabalha junto com o IGAM. E realmente trabalhamos tentando fazer um mapeamento. Todo início de ano fazemos um mapeamento de onde entendemos que deve haver uma fiscalização mais intensa. Dependendo até da economia do País mesmo, conseguimos perceber onde provavelmente há usos irregulares. Então, fazemos esse estudo e um mapeamento, para a SEMAD fazer a fiscalização.



Eu não vou saber dizer como está a relação da ANA com o IGAM no sentido da área de descarga. Não vou saber dizer, mas eu me comprometo — vou pegar seu contato posteriormente — a colocá-lo em contato com a área técnica do IGAM, que vai poder lhe dar um esclarecimento melhor. Mas estamos atuando muito próximos também da fiscalização. Vimos, até mesmo por causa da crise hídrica, que não podemos admitir usos irregulares. Se os usos regulares já estão difíceis de administrar... Estamos realmente cobrando muito isso da SEMAD e estamos tendo um retorno positivo. Mas eu me comprometo a lhe dar um retorno posteriormente.

Em relação à questão da COPASA, eu acho que a Sra. Deputada deu uma excelente sugestão. A COPASA é uma parceira nossa. Estamos trabalhando muito com a COPASA. Há uma medida provisória que fala da privatização das concessionárias de saneamento. Eu acho que esse é um outro ponto que deve ser discutido também, porque, se uma entidade com o intuito de coisa pública já tem algumas dificuldades, eu tenho muito receio, particularmente — Thaís falando —, das empresas privadas.

Quero mencionar a participação da ARSAE, a agência reguladora no Estado de Minas Gerais, nessa questão do tratamento das águas, no sentido de ela participar junto conosco.

Quero falar também dos valores que a senhora pediu e que nós vamos repassar relativos ao FHIDRO: o que já foi desembolsado desde 2016 até 2017 e quanto temos. O saldo não vou lembrar de cabeça aqui.

Eu tenho até esse dado no meu computador. Depois posso até pegar e passar. Quanto temos...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. THAÍS DE OLIVEIRA LOPES** - É. Na verdade, a minha planilha é assim: quanto recebemos, quanto repassamos, quanto temos de saldo. O saldo é o valor a que realmente não conseguimos ter acesso e disponibilizar a quem deveria ser beneficiário. Eu tenho essa tabelinha ali, tenho esses valores.

A cobrança também é um outro recurso que temos e que é muito importante. De toda forma, mesmo que o Estado tenha voltado a fazer os repasses, ainda não o fizemos por completo. Como o Sr. Deputado Adelmo disse, estamos longe do ideal. Estamos melhorando, mas ainda estamos longe do ideal.

Eu repasso esses valores. Se eu não repassá-los agora, se eu não tiver todos os dados em meu computador aqui, eu repasso amanhã sem falta.



Gostaria de agradecer mais uma vez. Caso não tenhamos outra oportunidade de falar, gostaria de agradecer mais uma vez. Estou à disposição para discutirmos. Acho que esse é o melhor caminho. Cada vez que eu converso com alguém, seja com o Comitê, seja com a sociedade civil, surge uma ideia nova, surge um caminho, algo que não estamos fazendo ou até mesmo um elogio ao que estamos fazendo e está dando certo. Isso também é muito bom. É muito difícil ser órgão gestor, e é muito bom quando temos um reconhecimento do que está dando certo. Também há os alertas.

Como o Irani disse, recursos hídricos perpassam por todas as Pastas. Temos reuniões mensais, por exemplo, com o Secretário de Estado de Obras Públicas. Nós temos reuniões mensais com o Helvécio, do Planejamento; com a Secretaria de Cidades. A questão passa por tudo, por Plano Diretor do Município, por saber fazer o Município crescer, para não termos enchentes, como estamos tendo, por exemplo, em Belo Horizonte.

Realmente, é engraçado. Quando eu cheguei ao IGAM, eu disse: "*Gente, vamos tratar de água, uma coisa tão específica!*" Mas, na verdade, isso é um leque de assuntos, e não podemos achar que vamos conseguir esgotá-lo, seja um engenheiro agrônomo, seja uma engenheira com especialização em Hidrologia. Ninguém consegue esgotar esse assunto por causa disso, porque ele perpassa todas as Pastas.

Estou à disposição. Foi um prazer para mim, Deputada, participar deste debate e aprender, contribuir e poder levar para o IGAM as iniciativas, as ideias que nos foram dadas, e poder repassar a vocês aquilo que já temos, seja de bom, seja de ruim, para melhorarmos.

É isso.

**A SRA. PRESIDENTE** (Raquel Muniz. PSD - MG) - Obrigada, Thaís.

Tem a palavra o Sr. Irani Braga Ramos, Assessor Especial que responde pelo Ministério da Integração Nacional.

**O SR. IRANI BRAGA RAMOS** - Vou procurar ser o mais rápido e direto possível.

Contingenciamento é uma coisa que vivemos sempre, e ele nunca é bom. Isso é sempre ruim para nós da infraestrutura... É ruim para todos os setores na verdade, mas, para nós da infraestrutura é muito importante termos uma previsão da disponibilidade dos recursos, para conseguirmos programar metas e alcançar objetivos nos prazos acordados. É uma pena que tenhamos um contingenciamento, mas nós do Ministério, no que nos cabe, temos que viver com ele.



Eu disse, e a Thaís comentou alguma coisa mais ou menos no mesmo sentido, que o que temos feito desde 2016 é procurar alternativas.

Houve agora, no segundo semestre de 2017, o lançamento pelo IBAMA do decreto relativo à conversão de multas ambientais, com o qual estão tentando resgatar um passivo de multas ambientais e canalizá-lo para a revitalização do São Francisco.

Acho que temos uma perspectiva de investimentos que não é desprezível. As estimativas do IBAMA são de algo como 450 milhões de reais para a Bacia do São Francisco em 2018. Isso representa algo perto de dez vezes o que temos disponível no Orçamento Geral da União para o tipo de ação que está sendo focada, que vai ser desenvolvida por esses decretos de conversão de multas.

Da mesma forma, também temos procurado identificar parceiros na iniciativa privada, nos bancos de desenvolvimento, de modo que consigamos trazer recursos de fora do Orçamento Geral da União, mas com direcionamento dado pelo Estado, no sentido de construirmos políticas públicas com recursos que consigamos trazer como novos. Então, esse eu diria que é o grande desafio que temos feito no sentido de ampliar os investimentos, que é o que precisamos fazer.

O Deputado fez vários comentários que listei aqui, mas sobre alguns eu não consigo me manifestar porque estão fora da minha alçada, como a questão da esquistossomose, do investimento que precisa ser feito em saneamento, uma coisa que FUNASA, Ministério das Cidades, parceiros importantes, têm feito.

Sobre a questão do conflito relativo à irrigação, na verdade não queremos que se diminua a produção com a irrigação, queremos que ela aumente a sua eficiência hídrica, que consigamos fazer mais com a mesma água. Isso exige, de novo, mais investimento. Via de regra, o investimento é privado, mas o setor público pode ajudar. Eu digo que o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste é uma experiência que estamos expandindo para os demais fundos. Criamos linhas de investimento que premiam a eficiência hídrica para isso mesmo. Então há um esforço nesse sentido.

Sobre a questão da colaboração com o Governo de Minas, Deputado, eu posso dizer que, da minha parte, da parte dos técnicos do Ministério da Integração Nacional, da parte desse Ministério, fazemos esforço para manter a melhor relação possível, sempre de uma forma cooperativa. Quando percebemos que há alguma crítica, algum ponto, procuramos corrigir. Esse é um esforço que temos feito.



Sobre o excesso de uso de água, eu falei da irrigação com eficiência. Nós temos que diminuir perdas também no saneamento, em todas as áreas. Temos que melhorar a eficiência. Isso é um investimento muitas vezes do setor privado, muitas vezes do setor público, muitas vezes do indivíduo na própria casa, com o uso melhor da água que tem.

Sobre melhoria da legislação, eu acho que existem muitas propostas. Acho que há uma questão própria à irrigação. Existe a lei de irrigação, e temos uma proposta de alteração dessa lei no sentido de permitir melhores condições de garantia para investimentos em eficiência hídrica. No setor de infraestrutura hídrica, precisamos melhorar alguma coisa, talvez, no sentido da sustentabilidade econômica e financeira dos investimentos que fazemos. Essas são ideias que temos conversado com a ANA, temos conversado com parceiros federais, no sentido de que é possível aprimorar. É sempre um prazer conversar com o Legislativo sobre isso.

Quanto ao reúso, acho que o reúso e também fontes não convencionais, como dessalinização e outras, são exemplos que temos que incentivar e aprimorar. De novo, essa foi uma mensagem do Fórum Mundial da Água.

Quanto à questão dos pagamentos por serviços ambientais, citando o exemplo de Extrema, acho que devemos fazer todo esse esforço olhando para a modicidade tarifária. Essa foi uma questão que o senhor colocou, no sentido de construirmos esses mecanismos de forma que tenhamos tarifas boas.

O Vereador Joaquim Simão, de Três Marias, comentou a respeito da preocupação dele com a ocupação das margens. Acho que isso tem a ver com o esforço que devemos fazer permanentemente pela melhoria da ocupação do território e também pela revitalização das bacias.

À Deputada Raquel, de novo, eu peço desculpas. Eu esqueci mesmo — foi uma falha minha — de trazer os dados sobre os recursos referentes à Defesa Civil. Eu prometo que vou pegá-los ainda esta semana e mandá-los para a Comissão.

Acho que respondi a todas as perguntas.

Quero aproveitar de novo para agradecer a oportunidade e dizer que estamos sempre à disposição, não só o Ministério, mas também as suas autarquias vinculadas: CODEVASF, DNOCS, SUDENE, SUDAM e SUDECO, sempre para colaborar não só com o Legislativo, mas também com toda a sociedade, para que aprimoremos as políticas públicas, no caso particular, aquelas relacionadas com a água.





Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Raquel Muniz. PSD - MG) - Tem a palavra o Sr. Hideraldo Buch, que teve uma participação importante no Fórum Mundial, levando o Fórum Permanente de Comitês de Bacias para essa importante discussão sobre recursos hídricos.

**O SR. HIDERALDO BUCH** - Desde o início eu falei aqui sobre a questão da crise hídrica correlacionada com a destinação dos recursos dos Comitês de Bacias.

Esse levantamento, o mesmo que a Thaís tem, Deputado, eu tenho, o Fórum Mineiro tem. Então, pode ficar tranquilo que eu vou cobrar dela que mande rapidamente todo esse levantamento do que foi destinado aos Comitês.

Eu digo que houve uma melhora, e houve. Uma pequena melhora houve, sim. Eu seria injusto ao dizer que não houve uma melhora no Estado de Minas Gerais. Seria totalmente injusto. Houve um governo passado, que eu não vou citar porque não me interessa de que partido seja, e no início deste Governo houve, sim, contingenciamento dos recursos. Mas o entendimento que tivemos com o Fórum Mineiro, com os Comitês de Minas Gerais, é que, se não se liberassem os recursos, a crise iria piorar. E quando falo "crise", falo de crise hídrica em toda as situações que meu amigo Adelmo mencionou, na saúde, no saneamento.

Aí entra a crise hídrica mesmo e todo o seu correlato.

Para onde vai esse dinheiro, meu amigo? Aí, você me apertou sem abraçar. Eu não tenho condições, até porque nem eu, nem a Thaís, nem a própria Diretora-Geral do IGAM, nem o próprio Germano, que hoje é o nosso Secretário Estadual de Meio Ambiente, sabemos. Tenho certeza de que ele não vai saber, até porque isso é uma coisa mais lá para cima. Nós sabemos chegar até aonde nós temos que chegar. A partir daí, se tentarmos botar umas escadas para subir mais um pouquinho, eles cortam. É difícil. Nós vamos até aonde temos condições de chegar, mas sempre cobrando firme do órgão gestor, da SEMAD e também do Governo.

As suas colocações, não preciso nem falar, todas elas estão corretas. São colocações que o Fórum Mineiro tem cobrado do órgão gestor. O órgão gestor, hoje, está na mão de uma pessoa extraordinária, a Marília — conheço-a há muitos anos, é minha amiga particular, vamos dizer assim. É uma pessoa extremamente técnica e preocupada com os comitês de bacia hidrográfica. Acho que o IGAM teve um ganho excepcional, juntamente agora com o Danilo e com o Germano. Acho que nós não vamos solucionar essa crise hoje,



amanhã ou ano que vem, mas acho que vamos minimizar gradativamente essa crise hídrica.

Adelmo, você tocou em dois pontos que achei importantíssimos. Aí, vou querer sua ajuda, da Raquel. Desculpa não falar Deputado ou Deputada. Acho que aqui é mais formal agora. Quando você tocou no assunto importante das nossas leis, o que precisa ser contribuído nessas leis? Você está sabendo que há um projeto de lei para discutir a Lei nº 9.433?

Você está sabendo, Raquel?

Eu pergunto para vocês: vocês conhecem essa lei a fundo, desde quando ela começa até no finalzinho do seu último parágrafo? Alguém aqui a conhece a fundo? É uma pergunta mesmo, formal. Alguém conhece? Vamos falar sério.

Eu a conheço a fundo, porque nós a discutimos em 1997. Antes de ser aprovada por esta Casa, ela passou por várias comissões dos Estados. Ela foi discutida no Conselho Estadual de cada Estado, foi discutida em Comissões aqui desta Casa, e ela foi aprovada em 1997.

Pergunto: lá existem cinco instrumentos de gestão que têm que ser colocados em prática hoje nos rios de domínio da União e de domínio estadual. É claro que os Estados complementam suas leis estaduais. Eu pergunto para vocês: qual o Estado brasileiro que fez o cumprimento desses cinco instrumentos de gestão que estão lá — outorga, plano de bacia, cobrança, enquadramento e sistema de informação? Qual Estado?

A não ser os Estados de São Paulo e Minas Gerais, onde algumas das bacias têm enquadramento; algumas das bacias têm cobrança....

Pergunto aos Deputados aqui presentes: para que mexer na lei hoje? Para que mexer nessa lei?

O que se deve fazer é chamar os representantes dos Governos e falar o seguinte: *"Meu amigo, está aqui o recurso, você aplica a lei. Aqui estão cinco instrumentos de gestão para você aplicar, para que não tenhamos crise hídrica e não haja necessidade de se fazer revitalização dos rios"*. Eu falei isso quando foi criada a Frente Parlamentar.

O outro ponto que eu gostaria de citar, para terminar, é um projeto de lei que está tramitando na Casa sobre a privatização da água. Olhem só o contraste disso! Como se pode discutir um projeto de lei sobre a privatização da água, se ainda nem cumprimos a Lei



nº 9.433, de 1997? Como alguém desta Casa apresenta um projeto de lei para privatizar, como eu disse aqui, uma água que não é dele?

Peço ajuda, Deputada, para que intervenha nisso, chame os representantes do Fórum. Vamos debater! Acho que tudo nessa vida temos que debater, discutir. Às vezes, quem sabe, há alguma coisa dentro dessa lei que possa ajudar os comitês de bacias, os órgãos gestores, os Estados, a Agência Nacional de Águas, o Ministério da Integração. Eu queria que a senhora e o Deputado Adelmo interferissem nisso, olhassem onde está essa matéria, chamassem para a discussão o Fórum Nacional, os comitês de bacias, os órgãos gestores, e fizessem um amplo debate. Não se pode apresentar um projeto de lei sem discuti-lo nas suas bases! Foi totalmente diferente a discussão para a construção da Lei nº 9.433, andou-se pelas mais diversas regiões do Brasil para se saber a necessidade de cada situação, para poder colocá-la na lei.

Eu peço a ajuda de vocês dois. Deputado Adelmo, vou te cobrar isso em Uberaba. Eu sei onde você mora, você é meu amigo. A sua esposa é irmã de uma grande amiga minha. Então, vamos ver isso aí de perto, ver quem que está com esse projeto de lei — parece que é do Eunício Oliveira, não sei. O Eunício Oliveira está aqui na Câmara? Não? Então é no Senado. Mas está por aí.

Vamos discutir isso. Nós estamos de portas abertas para discutir isso, mas que não venha de cima para baixo, porque isso é ruim. Está sendo totalmente diferente da construção da Lei nº 9.433, que foi amplamente discutida nos Estados.

Agradeço, Deputada, pelo convite feito ao Fórum Nacional. Minas Gerais está muito contente pelo convite. Não se esqueça de nós. Em todas as audiências públicas sobre crise hídrica, relacionadas a recursos hídricos e meio ambiente, pode nos convidar, que o Fórum Nacional virá com o maior prazer, tanto para colaborar, como também para trazer propostas. E pode ficar tranquila, que eu vou cobrar da Thaís para mandar todos os levantamentos dos recursos do FHIDRO destinados aos comitês, não só do FHIDRO, como também da cobrança.

Obrigado, mais uma vez.

**A SRA. PRESIDENTE** (Raquel Muniz. PSD - MG) - Agradecemos a todos os palestrantes.

Eu gostaria de registrar a presença do Fernando e do Mateus.



Mateus, quando da criação desta Comissão, eu me lembrei muito de um evento ocorrido no Sul do Brasil, quando você morava lá ainda. Você estudava na universidade federal, pediu transferência para a UnB e agora está colaborando conosco nesta Comissão, debruçado que está sobre essa temática. Você me deu um exemplo que cheguei a confirmar — e o fiz não porque estava duvidando de você — com o nosso colega que é ex-Governador do Estado, o Deputado Esperidião Amin. Eu gostaria que você relembresse os dados sobre a questão do saneamento. Às vezes, nós reclamamos muito, mas, em muitos Municípios de Minas Gerais, nós já avançamos muito.

É o exemplo do Município de Joinville.

Esse é o caçula da plateia hoje.

**O SR. MATEUS** - Eu morava em Joinville e vi de perto como é o tratamento da água lá. Havia um órgão municipal que era privatizado e fazia a gestão do saneamento de toda a cidade. Os índices chegavam a 90%.

**A SRA. PRESIDENTE** (Raquel Muniz. PSD - MG) - Trata-se de uma cidade industrial e que teve uma dificuldade para chegar a esse percentual de tratamento, porque o esgoto não era tratado, não é?

**O SR. MATEUS** - Isso.

**A SRA. PRESIDENTE** (Raquel Muniz. PSD - MG) - Pela Frente Parlamentar de Revitalização dos Rios do Brasil, também nós vamos chamar os senhores para discutir — viu, Sr. Hideraldo? Vamos discutir também o requerimento da visita a Extrema.

Quero lembrar que nós estivemos também no noroeste do Estado. O Deputado Adelmo Carneiro Leão citou o exemplo de Buritis, que eu acho que é importante o IGAM avaliar. E nós estivemos recentemente na Bevap, que é uma grande indústria de cana, energia e açúcar. Eles também estão vindo discutir conosco aqui na Comissão a questão da água e a necessidade de barragem.

Vamos discutir também os recursos que nós queremos que os senhores nos encaminhem da CFURH, do FHIDRO. Isso nós temos debatido muito aqui junto com o Deputado Adelmo Carneiro Leão, para identificarmos e informarmos a população. Isso também deve servir de subsídio para fazermos algumas cobranças, como o Plano Novo Chico. Nós lamentamos a ausência aqui do Ministério de Minas e Energia, porque é por intermédio desse Ministério que nós esperamos que os recursos sejam alocados para a revitalização da área. Quero lembrar que a transposição é uma realidade hoje, e nós



vivemos um problema lá no Nordeste brasileiro, que é a gestão da transposição. E o pior ainda: a falta, a escassez de água em Minas Gerais — nós somos a caixa d'água.

Lembro também que, através do nosso mandato — o Deputado Adelmo Carneiro Leão e eu também —, nós temos aportado recursos importantes para a questão tanto da revitalização, quanto da chegada da água através de tubos, canos, poços artesianos. Há, no momento de crise hídrica, uma cobrança por parte dos Municípios de carros-pipas. E eu defini que eu não seria Deputada de caminhão-pipa. Eu acho que nós gastamos muitos recursos com relação a isso, com tubos, com canos. Essa medida é importante numa emergência para quem não tem água, mas nós temos que dar outras respostas, e a população nos cobra aqui isso enquanto Parlamentares.

Eu e o Sr. Rodrigo, que nos assessora aqui na Comissão da Crise Hídrica, hoje conversamos mais cedo com toda a assessoria para darmos uma resposta também do Parlamento pós-Fórum Mundial das Águas. São essas as sugestões do Sr. Hideraldo, de avaliar esse PLS 495/17, que está sendo discutido há muito mais tempo. Há também a questão da privatização, do mercado de águas, que a Sra. Thaís citou aqui também. Nós precisamos dar alguma resposta ao que foi debatido lá com vários países que estavam presentes ao Fórum Mundial para estabelecer dentro das constituições, não só no Brasil, mas em outros países também, a água como um bem essencial, e nós vamos construir essas propostas.

Já conversamos, adiantamos com o Presidente Rodrigo Maia que o Parlamento precisa dar uma resposta em relação à crise hídrica e apresentar isso também.

O Fórum aconteceu aqui em Brasília, e o Executivo também precisa dar uma resposta. Nós estamos em ano de eleição, um ano que choveu um pouquinho mais, pelo menos na nossa região, mas não podemos nos descuidar, pois quem já tem netos, como eu, precisa se preocupar com as futuras gerações. É a nossa construção aqui que vai deixar ou não água para elas.

O Hideraldo ainda deseja manifestar-se, e será seguido pelo Deputado Adelmo.

**O SR. HIDERALDO BUCH** - Serei breve.

Estou trazendo uma proposta da Coordenação do Fórum Nacional — e vou mencioná-la, porque eles irão me cobrar lá —, feita depois daquela visita que fizemos aqui, Deputada. São duas Comissões Externas de Estado: a do Ceará, de que V.Exa. me falou, e a de Minas Gerais.



Não sei como são os trâmites legais aqui, Deputado Adelmo, mas a nossa proposta é a de que esta Comissão da Crise Hídrica vire uma Comissão Permanente. Acho isso importante. É diferente da Comissão de Meio Ambiente. Não que seja totalmente diferente, mas é diferente. Repito: não sei como são os trâmites legais, mas a proposta da Coordenação do Fórum Nacional do Comitê é a de que esta Comissão seja permanente. Então, sugiro que se façam os encaminhamentos legais — não é, Adelmo?

**A SRA. PRESIDENTE** (Raquel Muniz. PSD - MG) - Já está anotado aqui — não é, Rodrigo? — para nós avaliarmos essa questão de torná-la permanente.

**O SR. HIDERALDO BUCH** - E o Fórum Nacional está à inteira disposição para ajudar nisso.

**A SRA. PRESIDENTE** (Raquel Muniz. PSD - MG) - Não é tão fácil, porque nós temos muitas Comissões aqui. Mas vamos levar essa discussão, sim, ao Presidente Rodrigo Maia.

Com a palavra o Deputado Adelmo Carneiro Leão, para suas considerações finais.

**O SR. ADELMO CARNEIRO LEÃO** (PT - MG) - Quero só dar uma palavra que não é de cobrança, mas de uma sugestão de parceria. Acho que nós precisamos fazer uma grande parceria neste momento para defender a água como bem comum da humanidade. A privatização é inaceitável! Não à privatização das nossas águas, sejam as de superfície, sejam as de subsolo, as dos nossos rios ou as de nascentes! Qualquer pretensão ou ação nesse sentido tem que ser banida deste Congresso Nacional. Nós estamos aqui para defender o interesse e o bem comum. Nesse sentido, não se admite privatizar a água e entregá-la à Coca-Cola, à Nestlé, às grandes transportadoras de minério, a quem quer que seja.

Uma coisa de que não falamos aqui e que gera crise é a quantidade de água que é utilizada como componente ou como veículo de transporte de minério. Essa água vai para onde? Em que condições ela chega quando o minério é dela separado? Para onde ela vai? Nós temos que discutir isso. Mas o conjunto da obra é que as águas do Brasil pertencem ao povo brasileiro.

A iniciativa privada pode eventualmente participar do processo de captação e distribuição? Sim, mas para atender às necessidades humanas, para atender ao interesse nacional, e não para tomar conta de um patrimônio que não pertence a qualquer tipo de empresa, por mais poderosa que ela seja. O poder de utilizar a água, o bem comum, é um poder popular, é um poder do povo brasileiro.



Então, como eu sei que lá no Fórum houve essa discussão, venho dizer que isso é muito grave. E este Congresso Nacional, a Câmara e o Senado, não pode servir a interesses privados em detrimento do interesse público.

Quero deixar isso registrado aqui, porque o que o Hideraldo está cobrando de nós eu prefiro tratar na lógica de parceria. Acho que nós temos que discutir, fazer o levantamento de todo o arcabouço legal do Estado, talvez, inclusive, elaborar uma lei orgânica para tratar da água, para sistematizar todas essas variáveis numa lei que seja simples, transparente, de conhecimento público.

O ideal, Deputada Raquel, é fazermos, ao final, no mínimo uma cartilha, em nome desta Comissão Especial, para a distribuímos à população, tanto à população da cidade, quanto à população do campo, enfim, em todos os lugares do País. O que há de essencial na legislação é que, se nós dermos conhecimento disso à população brasileira, será ela a nossa grande parceira também nessa luta. Não há força maior do que a força do povo consciente, organizado e que ama a sua Pátria.

**A SRA. PRESIDENTE** (Raquel Muniz. PSD - MG) - Quero agradecer mais uma vez a participação do Deputado Adelmo, nosso forte parceiro nesta Comissão, pela sua experiência e sensibilidade com relação ao tema da água.

Hoje, estamos conectados. Então, eu quero enviar um abraço ao Prefeito Juracy, de Nova Porteirinha, que disse que a obra de recanalização é uma forma de economizar água na cidade. Em breve, estaremos inaugurando a primeira etapa dessa obra. São essas ações que fortalecem e conscientizam as pessoas.

E já vamos verificar essa sugestão da cartilha com a Comissão, Deputado Adelmo, que foi criada com ônus para a Casa. Temos recursos para deixar esse legado da nossa Comissão. Vamos trabalhar nisso também.

**O SR. ADELMO CARNEIRO LEÃO** (PT - MG) - Deputada Raquel, V.Exa. me permite usar da palavra?

**A SRA. PRESIDENTE** (Raquel Muniz. PSD - MG) - Sim, Deputado.

**O SR. ADELMO CARNEIRO LEÃO** (PT - MG) - Quero me dirigir, de modo muito especial, ao Irani, também me dirigindo a V.Exa., à Caixa Econômica Federal, à FUNASA, a todos os órgãos de Estado e aos órgãos do Governo de Minas Gerais que tratam de saneamento básico. Eu visitei cidades cujos territórios, por inteiro, têm a água contaminada, seja a dos poços profundos, seja a dos poços menos profundos ou a da superfície. Toda a





água está contaminada com coliformes fecais, com componentes impróprios que tornam a água inadequada para beber, para consumir, embora esteja sendo consumida nessa condição. Isso é inaceitável! As nossas crianças pagam um preço altíssimo por isso. Todo mundo paga, aliás. Nós temos prejuízos financeiros e econômicos. Essa situação vai nos custar idas ao médico, tratamento, cuidado, e novo cuidado, e mais cuidado, cuidar sempre, mas isso não resolve o problema. O problema nessas cidades resolve-se com saneamento básico. Tem que se fazer saneamento básico. Não pode faltar dinheiro para essa área!

Então, quero também apelar ao Governo Federal, ao Governo do Estado e aos demais Governos para ficarmos atentos a essa condição, porque isso é muito mais do que uma constatação, é uma denúncia grave! Não é aceitável vermos uma cidade inteira, e não é uma só, nessa situação — não é, Deputada Raquel? Se andarmos pelo norte de Minas, conforme mostrado, veremos a gravidade da situação. Mas há cidades que muito mais do que falta d'água têm o problema de ter sua única água contaminada. Isso é muito sério! Nós não podemos admitir que isso continue.

Se o Ministro Hélder Barbalho quiser informação, nós passaremos a ele, para que possa dar um presente a essa cidade fazendo lá o saneamento básico.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Raquel Muniz. PSD - MG) - Agradeço a presença de todos, lembrando que precisamos do esforço de todos, mas especialmente dos senhores que estão aqui hoje, nesta tarde, participando conosco desta reunião.

Nós tivemos uma reunião com o Ministro Hélder Barbalho, do Ministério da Integração Nacional, com a presença de vários Prefeitos, inclusive do Prefeito Zé Reis, de Jequiitá, que representa os Prefeitos da área mineira da SUDENE. Ali, junto com outros Parlamentares de Minas Gerais e com o Ministro Hélder, definimos como prioridade a necessidade de fazer a barragem de Congonhas e de terminar a de Berizal. Mas o esforço possível para este ano é no sentido de dar continuidade ao projeto Jequiitá, que vai levar água para Montes Claros, capital do norte de Minas, e que, mais do que isso, vai produzir também renda para os agricultores de toda Jequiitá e de seu entorno. Então, nós adotamos como prioridade para 2018 a questão da barragem de Jequiitá.

E essa preocupação da Comissão da Crise Hídrica, conforme frisou o Deputado Adelmo, não é só em relação à falta de água, mas também à contaminação, especialmente aquela que o mundo inteiro viu, que foi a que aconteceu em Mariana, uma contaminação



provocada. Às vezes, uma ação parlamentar nossa para fazer lá um poço artesiano não resolve, porque vai fazer chegar uma água contaminada. Precisamos muito dos parceiros para fazer esse acompanhamento, porque é realmente uma questão de saúde pública, temática que nós trabalhamos aqui também. Eu e o Deputado Adelmo, em especial, somos membros da Comissão de Seguridade Social e Família, que trata dos temas da saúde. Por isso, ele faz esse clamor a diversos Ministérios e a órgãos do Estado. Em Minas, há mais de 800 Municípios, e na grande maioria deles encontramos esse problema de água contaminada.

Agradeço novamente a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.